

## **Capitalismo dependente e a psicologia no Brasil: das alternativas à psicologia crítica\***

**Dependent Capitalism and Psychology in Brazil:  
from the Alternatives to a Critical Psychology**

*Fernando Lacerda Jr.*

**Universidade Federal de Goiás (Brasil)**

**Resumo.** O presente trabalho apresenta um esboço sobre a história e o desenvolvimento da psicologia crítica no Brasil. O texto divide-se em três partes. Na primeira, apresenta um breve histórico da sociedade brasileira e da inserção da psicologia nesta realidade específica. Na segunda, analisa o desenvolvimento da psicologia crítica brasileira no último quarto do século XX, quando surgiram propostas de “psicologia alternativa” e “contra-psicologia”, assim como seus desdobramentos posteriores, quando emergem propostas muito diferenciadas de “psicologia crítica” na teoria e na prática. Por fim, na última parte do texto, são apresentadas questões sobre alguns desafios para a “psicologia crítica”, problematizando especialmente: (a) se, efetivamente, certas práticas da psicologia crítica brasileira contribuem para a efetivação de processos de insurgência contra a ordem social capitalista; (b) se certos conceitos e propostas teóricas contribuem para a denúncia e desmistificação da realidade existente e, assim, possibilitam processos emancipatórios. Apoio: CNPq

**Palavras-chave:** psicologia crítica, marxismo, subjetividade, história da psicologia.

**Abstract.** The present paper presents a sketch of the history and development of Critical Psychology in Brazil. The text is divided into three parts. The first presents a brief characterization of Brazilian reality and the development of Brazilian Psychology; (b) the second part analyzes the development of Brazilian Critical Psychology in the last quarter of the 20th century, when proposals for “Alternative Psychology” and “Counter-Psychology” appeared, as well as their subsequent expansions – very differentiated proposals of “Critical Psychology” concerning the theory and the practice of Brazilian Psychology. Finally, in the

---

\* Agradeço a elaboração de críticas, comentários e análises realizados pelos diversos revisores deste trabalho. Faço um agradecimento especial a Domenico Uhng Hur e Ana Maria Jacó-Vilela que leram cuidadosamente o presente trabalho. Athanasios Marvakis contribuiu para melhorar o trabalho com sua incrível paciência e apontando alguns de seus erros políticos. Um último agradecimento especial deve ser feito para Rafaela Paula Marciano, que ofereceu todos os recursos necessários para a discussão realizada neste manuscrito sobre a luta antimanicomial.

last part of the text, questions and challenges for “Critical Psychology” are presented, tackling especially: (a) the effective contributions of Brazilian Critical Psychology to the processes of insurgency against the capitalist social order; (b) how certain concepts and theoretical proposals contribute for the denunciation and demystification of existing reality and, thus, enable emancipatory processes. Support: CNPq

**Keywords:** Critical Psychology, Marxism, subjectivity, history of psychology.

## **Introdução**

O presente trabalho tem como objetivo apresentar apontamentos – ainda prematuros – sobre a história da “psicologia crítica”<sup>1</sup> no Brasil. Busca, especificamente, caracterizar a existência de três vetores que marcaram o desenvolvimento das distintas propostas críticas na psicologia brasileira para, em seguida, destacar algumas de suas principais manifestações e, por fim, realizar apontamentos críticos sobre desafios e problemas para a teoria e prática da psicologia crítica brasileira.

Os três vetores que, segundo o ponto de vista aqui defendido, marcaram o desenvolvimento das distintas propostas críticas na psicologia brasileira são: (a) a existência de algum tipo de vinculação de psicólogas e psicólogos com setores oprimidos e explorados da sociedade brasileira, assim como com as lutas por denunciar e transformar condições sociais de existência estruturalmente injustas e produtoras de sofrimento; (b) a chegada ao Brasil de algumas das principais tradições da teoria social contemporânea que buscam repensar noções tradicionais de poder, ciência, subjetividade, sociedade, etc.; (c) a entrada da psicologia em novos campos de atuação, explicitando insuficiências das teorias e práticas tradicionais da psicologia para responder aos problemas postos por novas realidades e novas demandas.

---

<sup>1</sup> Neste trabalho, assume-se a definição de psicologia crítica como um termo guarda-chuva que abarca toda proposta que busca criticar a sociedade e a psicologia. Assim, abrange um conjunto complexo de ideias e práticas que buscam contribuir para algum projeto emancipatório e/ou elaborar novas formas de pensar o indivíduo, a subjetividade, o sujeito e outras categorias importantes para a psicologia (Hepburn, 2003; Montero, 2009; Papadopoulos, 2002; Parker, 2007; Walkerdine, 2001). No entanto, em alguns momentos deste texto, a expressão “psicologia crítica” aparecerá entre aspas, especialmente quando se aborda sua particularização no Brasil. Isto se dá por uma única razão: até o fim do século XX o termo raramente foi utilizado em publicações da psicologia brasileira. É comum encontrar denominações como análise institucional, psicologia da libertação, psicologia do oprimido, psicologia institucional, psicologia marxista, psicologia política, psicologia sócio-histórica, psicossociologia, etc. O termo “psicologia crítica” é muito recente e, ainda, pouco adotado. Assim, ao se descrever uma história da “psicologia crítica” no Brasil, está se utilizando um termo que, muitas vezes, não foi usado por aqueles que construíram essa história. Além disso, é preciso apresentar uma questão: seria a apropriação recente do termo “psicologia crítica” expressão do desdobramento de perspectivas críticas na psicologia brasileira ou mais uma manifestação daquela psicologia latino-americana que tende a reproduzir ideias e práticas dos centros de pesquisa localizados nos EUA e na Europa? É possível que o uso do termo no Brasil expresse as duas tendências, pois compreende um conjunto extremamente heterogêneo de ideias e práticas psicológicas.

Além disso, o texto defenderá a tese de que há duas conjunturas históricas distintas que marcaram o desenvolvimento da “psicologia crítica” brasileira. A primeira cobre o período entre 1964-1989 e que foi marcado pela existência da ditadura militar (ou autocracia burguesa) no Brasil. O segundo período, entre os anos 1990 e o presente, é caracterizado pelo processo de consolidação da democracia burguesa e da hegemonia neoliberal na sociedade brasileira.

Assim, o texto *oferece uma introdutória caracterização dos distintos períodos históricos que marcaram o desenvolvimento da “psicologia crítica” no Brasil e apresenta algumas de suas principais manifestações*. Desta forma, seu objetivo não é analisar sistematicamente a contribuição histórica e teórica das distintas correntes e manifestações da “psicologia crítica” brasileira, mas apresentar algumas das suas principais manifestações, indicar hipóteses explicativas de suas raízes históricas e apontar alguns desafios contemporâneos.

Como qualquer estudo histórico, este trabalho adota uma concepção específica de história marcada por pressupostos sobre a relação entre homem, natureza e sociedade. Os pressupostos básicos deste trabalho foram retirados da tradição marxista<sup>2</sup>, especialmente dos trabalhos de Marx e Lukács<sup>3</sup>.

Isto cria algumas dificuldades para o estudo da história da psicologia brasileira, pois, segundo uma historiadora da psicologia, o marxismo “carrega potencialidades ainda não incorporadas e esgotadas plenamente pelos estudos em História da Psicologia” (Antunes, 2005, p. 106). Isto é, ao partir do arsenal teórico-metodológico produzido pelo marxismo, o presente trabalho adota uma concepção específica de história que raramente foi usada nos estudos históricos da psicologia brasileira.

Neste sentido, o presente esboço de uma história da “psicologia crítica” no Brasil assume que a descrição do que ocorre em um complexo específico de ideias e práticas - a psicologia brasileira - deve ser realizada a partir de sua inserção em um complexo mais amplo: a sociedade capitalista brasileira. Por isso, antes de apresentar as distintas correntes críticas na psicologia brasileira, o trabalho apresenta uma descrição sobre o

---

<sup>2</sup> Seguindo as indicações de Netto (1983), sabe-se que não existe um corpo teórico único ligado diretamente ao pensamento de Marx, mas sim análises, interpretações, revisões etc. que possuem alguma referência no pensamento marxiano, mas que são profundamente diferentes entre si. Isto significa que não há um marxismo, mas vários marxismos ou que há uma tradição marxista marcada por diferenciações, divisões, antagonismos, confluências etc. Assim, quando se fala de uma “tradição marxista” ou “marxismo” fala-se de uma tradição plural, heterogênea e que não é monolítica ou marcada por um pensamento único.

<sup>3</sup> Fazendo uma esquemática apresentação, pode-se dizer que os textos de Marx e Lukács são caracterizados por: (a) conceber como único fundamento da história os próprios seres humanos, isto é, a história não é produto de qualquer força transcendental (natural ou teológica), mas das práticas sociais humanas; (b) conceber a forma de organização da produção e reprodução da vida social como o momento predominante de formações sociais concretas e, portanto, das ideias, teorias e ideologias existentes em um dado tempo e espaço; (c) afirmar a autonomia relativa das criações ideais humanas em relação às formas predominantes de organização e produção da vida social; (d) conceber que as ideias possuem uma função social e que sua relação com a totalidade social e a sua proximidade/distância com agrupamentos sociais distintos resulta em maiores ou menores possibilidades de conhecimento de processos sociais reais (Antunes, 2005; Henriques, 1978; Lukács, 1968; 1979; Lessa, 2007; Marx, 1844/2005; Netto, 2002; Yamamoto, 1994).

desenvolvimento do capitalismo no Brasil e algumas das transformações sócio-políticas mais importantes que ocorreram entre 1960 e o início do século XXI.

O trabalho divide-se em três partes: (a) caracterização da realidade brasileira e a emergência da psicologia no seu interior; (b) apresentação de distintas manifestações de psicologia crítica no Brasil; (c) e apresentação de questões e desafios relacionados ao desenvolvimento da psicologia crítica no Brasil.

Ainda com a finalidade de esclarecer alguns limites e características do presente trabalho, deve-se realizar uma advertência. É preciso destacar que o estudo da história das correntes críticas em psicologia no Brasil ainda é uma atividade praticamente inexistente. Com honrosas exceções – como os livros de Coimbra (1995) e Yamamoto (1987), textos presentes na coletânea organizada por Jacó-Vilela, Ferreira e Portugal (2006) ou a contribuição de Carvalho e Dunker (2005) – a história da “psicologia crítica” brasileira foi pouco estudada.

Assim, o presente trabalho é um esboço sobre a história da “psicologia crítica” no Brasil. Representa uma tentativa de explicar a gênese e o desenvolvimento histórico de certas ideias em uma sociedade capitalista dependente e marcada por profundas injustiças econômicas e sociais. O foco, aqui, não está sobre cada teoria singular, mas sobre o movimento de emergência e consolidação de correntes críticas na psicologia brasileira. Essa visão panorâmica é impossível sem fazer referência aos movimentos e processos que caracterizam a formação social brasileira. Portanto, o que se espera apresentar no presente trabalho? Não as árvores, mas a floresta. Não os conceitos específicos, mas a relação entre algumas correntes da “psicologia crítica” com o contexto social. Nesta discussão, espera-se explicitar teorias, temas, problemas e tendências que marcaram e que caracterizam o estado presente da “psicologia crítica” brasileira.

### **A psicologia brasileira e o capitalismo dependente**

No Brasil, a psicologia enquanto profissão foi regulamentada pela lei n. 4.119 de 1962. Isto não significa que antes desta lei, inexistissem “ideias psicológicas” (Massimi, 2006) ou práticas profissionais ligadas à psicologia (Antunes, 1999; Bock, 1999; Coimbra, 1995). De fato, a psicologia moderna, no Brasil, começou a se desenvolver entre o fim do século XIX e o início do século XX (Antunes, 1999; Massimi, 2006; Pereira & Pereira Neto, 2003). Segundo Massimi (2006) a psicologia no Brasil emergiu, no século XIX, como área estudada em diferentes instituições de ensino que ofereciam formação médica, religiosa, pedagógica e/ou na área do direito. Ainda segundo a autora, os primeiros laboratórios de psicologia experimental foram fundados somente nas primeiras décadas do século XX. Assim, a criação da lei que regulamenta a psicologia em 1962 foi apenas parte de um prolongado processo de autonomização da psicologia no Brasil.

Não é um exagero dizer que a psicologia emergiu associada às classes dominantes da formação social brasileira. Da mesma forma como a psicologia nos EUA no início do século XX, na busca por legitimidade social, se associou aos setores dominantes da

sociedade norte-americana (Danziger, 1998; Richards, 2010), a psicologia brasileira soube rapidamente se posicionar diante das lutas de classes no Brasil.

No período de autonomização da psicologia brasileira, o que predominou foi um conjunto de estudos que, no início do século XX, buscavam contribuir com a modernização e a manutenção da ordem social brasileira<sup>4</sup>. A psicologia abordava temas como o tratamento das doenças mentais, a formação “moral” do ser humano e a manutenção da “higiene mental”. Por isto, entre os precursores da psicologia, estavam médicos, educadores e outros profissionais que faziam parte do movimento higienista e/ou importavam teorias marcadas pelo racismo científico e buscavam uma saída “moderna” para o país (Massimi, 2006; Patto, 1991; 2004).

A regulamentação da psicologia como profissão em 1962 foi parte de um processo marcado por importantes acontecimentos em diferentes instituições sociais: a psicologia se converteu em disciplina obrigatória em diversos cursos universitários (especialmente direito, medicina e pedagogia); laboratórios de psicologia foram criados e institucionalizados; cursos de formação específica de psicólogos em universidades no Rio de Janeiro e em São Paulo foram criados nos anos 1950; iniciaram-se disputas com outros profissionais pelo domínio de segmentos específicos do mercado de trabalho (Antunes, 1999; Pereira & Pereira Neto, 2003).

Portanto, entre o fim do século XIX e o início do século XX, as diversas manifestações de psicologia eram parte “da busca de transformar o Brasil em nação ocidental moderna” (Massimi, 2006, p. 167). Já na segunda metade do século XX, especialmente após a regulamentação da profissão em 1962 e o golpe militar de 1964, a nova profissão não buscava apenas legitimidade social, mas mostrar para as classes dominantes atuantes no Brasil que a psicologia não era uma ameaça à ordem social. Esta busca se manifestou das mais diferentes maneiras. Hur (2012) cita, como exemplo, a criação de entidades representativas atreladas ao Estado no fim da década de 1960 a partir de negociações diretas com representantes do governo militar. Também há, ainda segundo Hur (2012), um exemplo mais expressivo: em 1975, quando diversos movimentos sociais mobilizaram-se nacionalmente para protestar contra o brutal assassinato do jornalista Wladimir Herzog por agentes da ditadura militar, o Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo se recusou a participar desta luta, afirmando que não deveria se envolver em lutas estranhas ao Estado.

No âmbito da produção de conhecimento científico não há uma situação muito diferente. Das mais diversas formas, a psicologia brasileira promoveu concepções de

---

<sup>4</sup> Um exemplo ilustrativo da forma como a psicologia se aliou com os setores dominantes no Brasil está em um dos diversos livros de psicologia social publicados na primeira metade do século XX com a explícita intenção de analisar formas de se combater a enfermidade comunista. Neste sentido, o livro de Sodré (1946) sobre a “luta pelo ‘poder do estado’” pode ser entendido como uma das diversas manifestações que concebiam a psicologia como instrumento no processo de modernização do país. O autor – um psiquiatra – elaborou seu texto na primeira metade do século XX partindo do pressuposto de que somente a psicologia social poderia contribuir para a análise dos fenômenos políticos brasileiros. Após realizar diversas análises sobre o problema da democracia e do comunismo no Brasil, a conclusão do autor é a de que é necessário cultivar uma “mentalidade democrática” e, assim, fortalecer “a resistência à infiltração revolucionária comunista” (p. 177).

indivíduo, personalidade ou comportamento que naturalizavam ou justificavam a ordem social extremamente injusta do país. Alguns apontaram que isto decorria do predomínio de uma concepção liberal e do compromisso da psicologia brasileira com elites dominantes (Bernardes, 2007; Bock, 1999). Outros associaram o fortalecimento de abordagens intimistas, individualistas e despolitizantes sobre a subjetividade na psicologia brasileira com um contexto no qual os setores explorados de nossa sociedade sofreram várias derrotas políticas ligadas ao advento da ditadura militar no Brasil (Coimbra, 1995). Já, alguns autores, apontaram para a necessidade de se compreender a íntima relação entre as concepções de homem produzidas nas sociedades burguesas e as teses predominantes nas teorias psicológicas (Patto, 1991; Yamamoto, 1987).

Esta relação entre ideologia burguesa e teorias hegemônicas na psicologia brasileira é marcada, ainda, por um elemento importante: a psicologia brasileira, muitas vezes, reproduziu ideias e práticas predominantes nos grandes centros capitalistas. Este é um dos diversos sintomas do que Martín-Baró chamou de “miséria da psicologia”. Segundo o autor: “a miséria da Psicologia latino-americana finca suas raízes em uma história de dependência colonial” (Martín-Baró, 1986/1998, p. 287). Se levarmos a sério esta afirmação, então entenderemos que a miséria do conhecimento e da prática da psicologia brasileira é manifestação dos processos sociais que predominam em *uma formação particular do capitalismo*.

### **Brasil: Um capitalismo dependente**

É importante caracterizar, ainda que de maneira geral, a história da formação social brasileira: uma história de dependência. O quadro oferecido por Antunes é uma interessante síntese do Brasil:

País maneiroso, cuja história desenrola-se lentamente, sem rupturas nem mudanças profundas, sempre equacionando seus dilemas pela via da conciliação *pelo alto*, excludente em relação à classe trabalhadora e sempre de prontidão para o exercício da *contrarrevolução*, o Brasil encontrou na *dependência* e no *subdesenvolvimento* a sua forma de *integração para fora e desintegração para dentro* (Antunes, 2011, p. 61).

Desta forma, dependência (“integração para fora”) e barbárie (“desintegração para dentro”) são processos sociais predominantes no Brasil e isto vale para *toda* a história do país: desde a colonização até o presente. A colonização não foi senão uma forma específica de contribuir para o processo de acumulação primitiva do capital nas metrópoles europeias, isto é, a “descoberta” do Brasil foi apenas um capítulo na história do desenvolvimento do comércio europeu (Prado Júnior, 1990).

Da mesma forma, pode-se falar da dependência como a condição que marcou o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Aqui não há um capitalismo que resultou de revoluções que derrubaram as forças conservadoras, mas sim um processo de modernização hipertardiado que se deu pelo alto, em aliança com setores agrários conservadores e voltado

ao atendimento das necessidades expansionistas das nações imperialistas (Chasin, 1977; Coutinho, 1979).

Dado o caráter débil e frágil da burguesia brasileira, a garantia da dominação sobre as massas exploradas se deu pelo estabelecimento de alianças com a aristocracia rural e arcaica brasileira, assim como o capital estrangeiro (Fernandes, 1981). Tal aliança foi possível pela constituição de um Estado forte e autoritário, que concilia frações modernas e arcaicas das classes dominantes, buscando impossibilitar e excluir qualquer participação de setores explorados em processos de transformação social. As mudanças sociais no Brasil, via de regra, não foram transformações sociais, mas rearranjos entre distintas frações das classes dominantes constituindo uma efetiva autocracia burguesa (Fernandes, 1981).

Segundo Marini (2000) entre os anos 1930 e 1964 a história brasileira foi marcada por regimes bonapartistas, necessários para garantir o equilíbrio instável de forças opostas. A crise econômica do capitalismo mundial em 1929 criou uma situação *sui generis* em que a demanda de bens manufaturados do mercado interno brasileiro não poderia mais ser satisfeita com importações. Isto fez com que a economia brasileira transitasse de uma formação econômica baseada na exportação e na atividade agrícola para uma sociedade industrializada. Esta transformação fez com que a oligarquia latifundiária perdesse o monopólio político e passasse a dividir o poder com a burguesia industrial. Em certos momentos, esta disputa abriu espaço para as lutas e aspirações de camponeses e operários, todavia, estes nunca conseguiram impor suas necessidades, pois para a burguesia brasileira o mais importante não era sua contradição com o latifúndio ou com o imperialismo, mas sim a garantia do lucro.

A ditadura militar foi tanto uma reação conservadora que buscou garantir a integração dependente da formação econômica brasileira ao sistema capitalista mundial, quanto uma resposta das classes dominantes à ameaça representada pelas lutas operárias e camponesas. Assim, o golpe militar de 1964 foi: (a) o fechamento de um período de disputas sociais inaugurado com a emergência da industrialização e que consolidou a divisão entre, de um lado, burguesia nacional, latifúndio e capital estrangeiro e, de outro, trabalhadores do campo e da cidade; (b) a consolidação da hegemonia do capital industrial entre as classes dominantes atuantes no Brasil; (c) parte do processo de adequação do desenvolvimento da economia brasileira aos imperativos do sistema capitalista mundial, no qual, a burguesia brasileira deveria se integrar de forma absoluta e subordinada ao capital imperialista norte-americano (Coutinho, 1979; Marini, 2000).

A exclusão das forças populares, as mudanças pelo alto e a manutenção de um ordenamento autocrático e opressor foram elementos reforçados – não criados – pela ditadura militar (Antunes, 2011; Coutinho, 1979; Netto, 2010). Após o golpe, assistiu-se a emergência de diversas lutas contra a ditadura militar. A reorganização de operários e camponeses, ao longo dos anos 1970 e 1980, foi um dos elementos cruciais para a redemocratização da sociedade brasileira. Mas, novamente, o processo se desenvolveu de uma forma em que a redemocratização foi uma mudança que se produziu pelo alto – garantindo a manutenção de uma ordem social regida pelo capital.



A transição do fim da ditadura militar para o início da “democracia” foi, portanto, marcada por um processo de acomodação das classes dominantes diante das lutas sociais da classe trabalhadora e de uma nova conjuntura mundial. Nessa acomodação, as diversas frações das classes dominantes no Brasil foram unificadas pelo programa neoliberal e pela hegemonia do capital financeiro. Esse programa de reformas neoliberais foi iniciado pelo governo Collor (eleito em 1989) e permanece até o presente – com os governos encabeçados pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

A ofensiva neoliberal, além de conter reformas socioeconômicas voltadas ao favorecimento do capital financeiro, buscou combater e dismantlar as intensas mobilizações das classes trabalhadoras no Brasil no início da década de 1990 (Boito, 2005; Filgueiras, 2006). Os diferentes governos dos últimos 20 anos da história do país – inclusive os governos de Lula e Dilma – foram caracterizados pelo receituário neoliberal clássico: dismantlamento das ações sindicais, retirada de direitos sociais (muitos dos quais existiram apenas formalmente), reestruturação produtiva, desregulamentação financeira, ajuste fiscal e precarização das condições de trabalho. O resultado não foi algo muito surpreendente: intensificação das desigualdades sociais (maiores níveis de concentração de renda e de exclusão social); reversão neocolonial marcada por aumento da defasagem tecnológica; reforço da dependência financeira; precarização e barbarização dos setores explorados; ampliação da dependência cultural (Antunes, 2011; Sampaio Júnior, 2007).

### **A psicologia brasileira e a miséria cultural da dependência**

Dos parágrafos anteriores, é importante destacar a ideia de que a dependência que caracteriza a formação social brasileira também marca as criações culturais, artísticas e científicas. Segundo Marini (2000), a dependência modifica ou recria as relações sociais de forma que estas assegurem a reprodução ampliada da dependência, isto é, dependência cria relações sociais que geram mais dependência. Desta forma, o aprofundamento da dependência se reflete na intensificação do mimetismo cultural e à tendência das classes médias a reproduzirem os padrões de consumo e comportamento presentes nos centros hegemônicos (Sampaio Júnior, 2007).

Isso não significa que inexistem formulações originais ou que tentaram escapar às formulações do pensamento burguês, mas tais propostas dependem do surgimento de tendências que contestem e busquem dar fim à dependência. Os momentos de rebelião, de desordem e crises sociais foram fundamentais para o surgimento ou fortalecimento de tendências contrárias às concepções científicas e artísticas instrumentais à dependência e ao capital. Por exemplo, no período que precedeu a ditadura militar surgiram propostas teóricas que se contrapunham à lógica da dependência; que buscavam captar a especificidade do desenvolvimento brasileiro e contribuir para a transformação social progressista do Brasil<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Um exemplo ilustrativo é a vida e a obra de Paulo Freire. As primeiras experiências educacionais de Freire foram desenvolvidas em 1961 e ganharam espaço no governo de João Goulart, presidente brasileiro que tentou realizar um programa de reformas para mudar o Brasil. Após as experiências e as ideias de Freire



A ditadura militar apresentou uma política cultural “alternativa”. Enquanto no plano econômico a ditadura garantiu a integração submissa do Brasil ao sistema capitalista mundial, no “mundo da cultura” foi imposto um projeto de “modernização” da sociedade brasileira com duas metas: reprimir manifestações críticas ao elitismo da sociedade brasileira e induzir tendências culturais modernizadoras, isto é, tendências culturais que contribuiriam para a cristalização da hegemonia burguesa (Netto, 2010).

É claramente o que ocorreu no campo da psicologia. Após o golpe militar, intensificaram-se concepções de subjetividade que reduziam o psiquismo ao privado, ao individual, ao interior. Em contraposição ao fazer (militante), passaram a predominar categorias psicologizantes sobre o sentir. Houve “uma psicologização da vida cotidiana e da vida social” (Coimbra, 1995, p. 34). Ainda sustentando o presente argumento cabe destacar as sínteses de Yamamoto (1987) ou Gil (1985) que demonstram como o psicólogo brasileiro, atuando especialmente nas áreas clínica, escolar e industrial/organizacional, sempre cumpriu uma mesma função reguladora, adaptativa e, portanto, ideológica.

A análise de Antunes (1999) sobre a autonomização da psicologia brasileira mostra que a constituição de um campo próprio para a psicologia no Brasil se fundamentou em abordagens teóricas predominantes na Europa e nos EUA em distintos campos como medicina, educação e a própria psicologia. A reprodução de ideias produzidas nos centros capitalistas, com raras exceções<sup>6</sup>, foi a regra que marcou o desenvolvimento da psicologia brasileira. Por exemplo, no fim dos anos 1980, estudo realizado por Bastos e Gomide (1989) constatou que as três orientações teórico-metodológicas predominantes na psicologia brasileira eram, respectivamente, a psicanálise, a análise do comportamento e abordagens fenomenológicas ou existencial-humanistas.

Entre os anos 1980 e o presente, assistiu-se a uma mudança. A expansão das universidades brasileiras, a entrada da psicologia em campos de trabalho diferentes daqueles campos tradicionais (escolas, clínicas privadas, indústrias e empresas) e os reflexos do clima ideológico que marcou as mudanças da sociedade brasileira produziram uma nova aparência para a psicologia brasileira. De um lado, abordagens teóricas distintas das tradicionais – psicanálise<sup>7</sup>, comportamentalismo, teorias fenomenológicas ou

---

obterem grande sucesso – Paulo Freire alfabetizou, em pouco mais de um mês, mais de 300 camponeses, cortadores de cana – Goulart propôs um programa nacional de erradicação do analfabetismo utilizando o método proposto por Freire. Após o golpe militar, o programa nacional de alfabetização foi eliminado, Freire foi preso e, em seguida, exilado (ver Freire, 1968/2005; 1979). A especificidade do pensamento de Freire decorre de que este, na época, não reproduziu as tendências teóricas que predominavam na educação brasileira, mas tentou elaborar um método que fosse capaz de dialogar com a realidade e as experiências dos camponeses brasileiros – a grande maioria da população na época. Ao tentar se aproximar da realidade dos camponeses, Paulo Freire elaborou um pensamento original e crítico tanto da realidade brasileira quanto das ideias pedagógicas predominantes na época.

<sup>6</sup> Antunes (1999) cita como exemplos que escapam à regra os trabalhos de Manoel Bomfim, Ulysses Pernambucano.

<sup>7</sup> Aqui é preciso apresentar duas notas sobre a psicanálise. Entende-se que as histórias da psicanálise e da psicologia possuem muito mais diferenças do que convergências e isto impossibilita uma identificação de teorias psicológicas com teorias psicanalíticas. No entanto, isto não significa que o grande número de psicólogos que se formam como psicanalistas no Brasil representa a existência de uma psicologia mais crítica

humanistas – passaram a ser estudadas e os profissionais da psicologia passaram a ter uma postura mais eclética em relação aos referenciais teórico-metodológicos. De outro, a psicologia passou a fazer parte de campos de atuação diferentes das escolas, empresas e clínicas privadas (Bastos, Gomide e Borges-Andrade, 2010).

Novos conceitos, novas metodologias, novas práticas surgiram na psicologia brasileira. Isso não resultou no desaparecimento de uma psicologia que, prioritariamente, atende elites dominantes e justifica ou reforça relações sociais desiguais e injustas, mas abriu espaço para o fortalecimento de manifestações de teorias e práticas que constituem aquilo que aqui é chamado de “psicologia crítica” (Bock, 1999; 2003; Guzzo, 2007).

### **As críticas à psicologia dominante no Brasil durante a ditadura militar**

A seguir, descreve-se como perspectivas críticas se desenvolveram no interior da psicologia brasileira, especialmente a partir dos anos 1970. O capitalismo dependente criou uma ciência que: mais reproduziu ideias conservadoras do que buscou compreender a realidade brasileira; mais justificou uma ordem social injusta do que explicou suas raízes e suas consequências perversas sobre a subjetividade humana; mais contribuiu para o capital extrair mais-valia do trabalho do que para a tomada de consciência de classe pelo proletariado; mais oprimiu do que libertou. Mas, a psicologia brasileira também foi espaço para contestação, rebelião e busca por emancipação.

A psicologia brasileira não foi espaço de mera reprodução, apropriação ou produção de teorias que sustentaram ideologicamente o capitalismo dependente, mas espaço de crítica – que se manifestou, primeiramente, nos distintos e *frequentes* debates sobre a “crise” da psicologia (Yamamoto, 1987).

O golpe militar fortaleceu a proliferação de ideias individualistas e de práticas conservadoras e elitistas no campo da psicologia. Mas, ao mesmo tempo, durante a ditadura militar, houve um complexo processo de reorganização de setores da sociedade civil em sua luta contra o capital e/ou o regime militar<sup>8</sup>. Este processo também chegou na psicologia, criando cisões, crises e transformações. Surgiram novas abordagens teóricas e práticas na

---

ou algo semelhante. Carvalho e Dunker (2005) argumentam que a psicanálise no Brasil produziu diversos estudos críticos. Ainda que se concorde com esta afirmação geral, é preciso acrescentar que, muitas vezes, a psicanálise brasileira esteve e está associada com práticas conservadoras e individualistas. O trabalho de Coimbra (1995) oferece uma história da psicanálise no Brasil que demonstra, precisamente, como isso se deu. Exemplo ilustrativo é o fato da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ) ter em 1980 tentado expulsar dois psicanalistas – Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas – que denunciaram a relação de um proeminente membro da SPRJ – Amílcar Lobo – com as ações de tortura perpetradas pelo governo brasileiro durante o regime militar. Coimbra (1995) ainda mostra como, tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro, em pleno período de redemocratização, as instituições psicanalíticas cumpriram funções profundamente conservadoras e jamais se propuseram a analisar criticamente a ditadura militar. Assim, conivência com a ordem, propensão ao individualismo e uma prática voltada, predominantemente, aos setores abastados da sociedade brasileira não são problemas exclusivos da psicologia, mas também características da psicanálise no Brasil.

<sup>8</sup> Ainda que a ditadura militar não passe de uma manifestação da autocracia burguesa no Brasil (Netto, 2010), diversos setores que lutaram contra o regime militar, não davam para esta luta um caráter anti-capitalista.

psicologia brasileira (ver, dentre outros: Bernardes, 2007; Bock, 1999; Coimbra, 1995; Freitas, 1996a; Lane, 1984a/2001; Yamamoto, 1987), além de disputas políticas organizadas com a finalidade de mudar os dirigentes e, portanto, os rumos das entidades representativas da psicologia com a finalidade de direcioná-las para uma atuação mais voltada às necessidades das maiorias populares (Hur, 2009; 2012).

No âmbito teórico, o fortalecimento da “psicologia crítica” no Brasil pode ser remontado aos anos 1970. Este período marca o início da chamada “abertura democrática” – processo de transição de uma autocracia burguesa para uma democracia burguesa – que resultou de uma complexa conjuntura em que se assistiu à desmoralização do regime militar, a reorganização do movimento pela anistia e democratização da sociedade brasileira, assim como pelo ressurgimento do movimento estudantil e, especialmente, do movimento operário<sup>9</sup>.

Enquanto ocorriam estas mudanças na conjuntura brasileira, assistiu-se, nas universidades, a proliferação do marxismo e de outras teorias críticas da sociedade. Na psicologia, difundiram-se as propostas da análise institucional, da antipsiquiatria ou mesmo leituras à esquerda de clássicos da psicologia dominante (Coimbra, 1995; Carvalho & Dunker, 2005; Yamamoto, 1987). É neste contexto que proliferaram as críticas à psicologia e as buscas por alternativas.

Yamamoto (1987) afirma que o período de crise da psicologia resultou na emergência de duas tendências gerais: a psicologia alternativa e a contra-psicologia. O termo “psicologia alternativa”, segundo o autor, surgiu na década de 1970 e referia-se a “tudo aquilo que fugisse do convencional” (p. 56). Dentro desta corrente, existiria uma subdivisão. De um lado, abarcava o conjunto de práticas que se apresentavam como alternativas, mas que reproduziam concepções convencionais, abordagens que mudam as formas “tradicionais” de atuação do psicólogo, mas que reproduzem os mesmos problemas teóricos da psicologia dominante. Neste caso, teríamos como exemplo as diversas práticas corporais: biodança, bioenergética, movimento do potencial humano, etc. De outro lado, em um segundo conjunto de teorias e práticas, poder-se-ia encontrar uma efetiva *psicologia alternativa* que questiona a função social do psicólogo e busca oferecer serviços psicológicos para a maioria da população. Neste caso, havia práticas realizadas por psicólogos que: (a) questionavam a inerente orientação da psicologia brasileira às elites; (b) mudavam os espaços de atuação tradicional da psicologia brasileira (clínicas, escolas ou indústrias/organizações privadas) para espaços mais amplos – como instituições públicas ou bairros pobres – com a finalidade de oferecer serviços psicológicos gratuitos para uma população predominantemente pobre e/ou construir uma psicologia que contribuiria para a

---

<sup>9</sup> Não é possível compreender a intensificação das lutas contra a ditadura sem analisar a intensificação das lutas operárias e o surgimento do “novo sindicalismo”. “O movimento estudantil e a luta pela anistia e pela democratização da sociedade brasileira, em curso há vários anos, ganharam força e densidade por meio da explosão operária. Foi esse majestoso ciclo de greves, no fim da década de 1970, que criou as condições para que se deslanchasse uma fase espetacular das lutas sociais no Brasil, nos anos 1980” (Antunes, 2011, p. 85).

transformação social intervindo sobre processos de organização popular, conscientização, etc.<sup>10</sup>.

Sob a denominação “contra-psicologia”, Yamamoto (1987) agrupa o conjunto de estudos que criticavam teoricamente a psicologia. O autor cita como expressões ilustrativas da “contra-psicologia” os trabalhos de Campos (1983/2010) e Patto (1984). Campos (1983/2010) discutiu a “função social do psicólogo” argumentando que há uma intrínseca relação entre a sociedade capitalista e a forma como o psicólogo contribuiu para sustentar ou intensificar processos como: a separação entre normal e excepcional; a dominação do capital sobre o trabalho nas empresas; a difusão da ideologia liberal em diversas instituições sociais, etc. Da mesma forma, Patto (1984) criticou as relações entre psicologia e ideologia apontando a “pseudocientificidade” da primeira, que se prende ao aparente e que, para se legitimar socialmente, buscou atender as necessidades das classes dominantes<sup>11</sup>.

Segundo Yamamoto (1987) seria característica constitutiva da “contra-psicologia” não somente a contestação da psicologia dominante, mas também a busca por uma “redenção” da psicologia, isto é, por uma reconstrução teórica da psicologia com a finalidade de construir perspectivas críticas em psicologia. Assim, Campos (1983/2010) apontou para a possibilidade de construir uma “psicologia que denuncia a dominação” (p. 213). Para a autora, a crise econômica da sociedade brasileira nos anos 1980, criaria as condições materiais para a construção desta “contra-psicologia”, pois reduziria o espaço de atuação para um profissional liberal – que era a principal modalidade de atuação do psicólogo nos anos 1980 – e obrigaria o psicólogo a se aproximar das classes de “baixa renda”. Tal processo revelaria a inadequação dos modelos teóricos predominantes da psicologia brasileira e, assim, abriria caminho para a construção da psicologia que combate a dominação. Já Patto (1984), afirmava a possibilidade de uma psicologia crítica mediante uma aproximação da psicologia à psicanálise e ao marxismo<sup>12</sup>.

A aproximação à psicanálise e ao marxismo com a finalidade de construir elaborações de caráter crítico e contestatório na psicologia brasileira não é algo específico

---

<sup>10</sup> Caberia, sob a definição “psicologia alternativa” indicar os trabalhos de *psicologia institucional* inspirados por ideias provenientes da psicanálise argentina - como Bleger (1984) que, aproximando psicanálise e marxismo, propôs uma atuação da psicanálise nas instituições. Já os trabalhos de *análise institucional* que foram desenvolvidos no Brasil podem ser agrupados tanto sob a denominação “psicologia alternativa”, quanto a de “contra-psicologia”. Uma introdução à análise institucional encontra-se em Baremlitt (1992), enquanto Coimbra (1995) e Rodrigues (2006) escreveram análises sobre a chegada das ideias de Bleger, da psicanálise argentina e das ideias do movimento institucionalista no Brasil.

<sup>11</sup> Em consonância com esta crítica, a autora afirmaria em outro texto, de grande importância na história da psicologia escolar e educacional no Brasil: “A ciência que se detém no imediatamente dado gera explicações que não passam de ideologia disfarçada em conhecimento acima de qualquer suspeita” (Patto, 1991, p.147)

<sup>12</sup> A psicanálise com a qual Patto dialoga em seu texto de 1984 é aquela desenvolvida pelos psicanalistas argentinos e que é mencionada no trabalho de Carvalho e Dunker (2005). Os autores marxistas com quem Patto dialoga em sua obra variam desde teóricos brasileiros no campo da educação – como as análises de Freire (1968/2005) sobre o oprimido – até teóricos como Althusser e, posteriormente, Heller (ver textos como Patto, 1991; 1993). Em textos posteriores, é possível ver influências de Foucault e teóricos da Escola de Frankfurt (Patto, 2007).

na obra de Patto, mas um desdobramento presente em distintas manifestações da psicologia brasileira. As primeiras publicações da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) contêm diversos textos que abordam temas como: a relação entre psicanálise, marxismo e subjetividade; estudos de questões sociais e processos psicossociais a partir da psicanálise ou do marxismo; redefinições ou críticas teóricas de correntes tradicionais da psicologia; e contribuições voltadas para a elaboração de uma psicologia marxista (Caniato, 1988; Carvalho, 1988; 1989; Lane, 1986; 1989; Machado, 1987a; Pereira, 1988; Sampaio, 1986; Sandler, 1986; Violante, 1988).

Além das publicações da ABRAPSO, cabe mencionar a entrada do movimento institucionalista no Brasil a partir dos anos 1970, o que pode ser notado, segundo Rodrigues (2006), pela chegada das ideias e práticas de Lapassade, psicanalistas argentinos e outros. Novamente, é uma manifestação de “psicologia alternativa” ou “contra-psicologia” que foi influenciada pelo marxismo e pela psicanálise. Assim, da mesma forma que a psicologia social europeia buscou na psicanálise e no marxismo elementos para superar a “crise da psicologia social” (Hepburn, 2003), pode-se dizer que os primeiros trabalhos críticos da psicologia brasileira foram influenciados por essas duas correntes. Lane (1984a/2001; 1986; 1987), discutindo o desenvolvimento da crise da psicologia social no Brasil, afirma que o recurso ao marxismo e à psicanálise decorreu da influência da psicologia crítica europeia sobre psicólogos sociais críticos no Brasil. Todavia, não foi só isso. A influência do marxismo – teoria que tem como mola propulsora a busca pela superação do capitalismo – cresceu junto com as lutas contra a ditadura militar e foi, especialmente intensificada, após a revolução cubana<sup>13</sup> (sobre este tema ver Coggiola, 2005; Petras, 1999).

Desde a análise de Yamamoto (1987) – elaborada na segunda metade dos anos 1980 – houve muitas mudanças no Brasil: consolidou-se uma sociedade burguesa “democrática”, as lutas operárias e sindicais sofreram grandes derrotas e assumiram posições cada vez mais defensivas, os principais instrumentos de luta da classe trabalhadora brasileira – como a Central Única dos Trabalhadores e o Partido dos Trabalhadores – adaptaram-se definitivamente à ordem neoliberal (Antunes, 2011; Boito Jr., 2005). No âmbito teórico, o marxismo foi, cada vez mais, criticado e repudiado (Coggiola, 2005; Petras, 1999).

Da mesma forma, a psicologia brasileira sofreu diversas transformações. Consolidaram-se grupos e instituições de estudos, pesquisas e práticas que podem ser associados à denominação “psicologia crítica”. Esta continua contendo proposições que: (a) estão voltadas à construção de uma nova prática da psicologia, focada sobre as necessidades da maioria da população (“psicologia alternativa”); (b) propostas de crítica e reconstrução teórica da psicologia (“contra-psicologia”). No entanto, o termo “contra-psicologia” permanece adequado apenas se esta denominação compreender um conjunto de ideias que são críticas à psicologia dominante e que, apesar de ter encontrado relativo

---

<sup>13</sup> A importância de Cuba para o desenvolvimento da psicologia crítica no Brasil, ainda deve ser estudada de forma mais aprofundada. Neste momento, cabe apenas mencionar, como aqueles teóricos que buscavam construir uma psicologia crítica no Brasil, recorreram a intelectuais cubanos. O que pode ser notado pela divulgação de publicações cubanas em periódicos e livros brasileiros dos anos 1980 (por exemplo: Averasturi, 1986; Calviño, 1987; González Rey, 1986; Sosa, 1986), assim como pela referência feita por psicólogos brasileiros à psicologia cubana (Bomfim, 1987; Carvalho, 1988; 1989; Guedes, 2007; Machado, 1987b).

espaço institucional, permanece marginal nos cursos de formação em psicologia, assim como raramente se converte em referência teórico-metodológica que guia as atividades profissionais ligadas à psicologia. Assim, hoje é possível encontrar na psicologia brasileira não somente críticas à psicologia, mas complexas elaborações teóricas que tentam se apresentar como alternativa teórica positiva às correntes que constituem a psicologia dominante. Por isso, talvez, a diferença entre “psicologia alternativa” e “contra-psicologia” hoje seja pouco esclarecedora e, assim, pode-se adotar o termo “psicologia crítica” para se referir tanto à “psicologia alternativa” quanto à “contra-psicologia”. Nas duas partes seguintes do texto, descrevem-se algumas das principais manifestações de ideias e práticas da psicologia crítica no Brasil, após os anos 1980.

### **A psicologia crítica atual: Profissão e compromisso social**

No seu início, a psicologia brasileira, enquanto profissão era, predominantemente, clínica, educacional e elitista (Botomé, 1979/2010; Campos, 1983/2010; Yamamoto, 2003; 2007) e, enquanto ciência, tendia à produção e reprodução de ideologias liberais e instrumentais à uma sociedade capitalista profundamente desigual (Bock, 1999; Coimbra, 1995; Patto, 1984; 1991; Yamamoto, 1987). Mas as ideias e práticas psicológicas no Brasil mudaram no último quarto do século passado e nos primeiros anos do século XXI. Possivelmente, mais do que nunca, hoje há o maior número (não a maior proporção) de professores, pesquisadores e profissionais no campo crítico da psicologia.

Enquanto profissão, a psicologia se diversificou: ainda há um predomínio da modalidade clínica e liberal de atuação profissional, mas há uma tendência, aparentemente, irreversível ao assalariamento do psicólogo. Esta tendência coincide com a diversificação das modalidades de atuação profissional. A psicologia entrou em novos espaços, especialmente onde há uma atuação profissional frente às sequelas da questão social: instituições e organizações públicas ou do terceiro setor que lidam com saúde, educação, assistência, pobreza, etc. A diversificação de espaços não significou o surgimento de novas práticas, pois, muitas vezes, o que há é apenas a reiteração de práticas tradicionais (Yamamoto, 1996; 2007). Yamamoto (2003) apresenta três vetores que explicam a mudança no perfil profissional da psicologia brasileira:

- Contingências específicas do mercado de trabalho. A entrada da economia brasileira em períodos de crise estreitou a demanda por um profissional liberal e autônomo com custos altos e acessíveis apenas para setores com estabilidade econômica.
- Ampliação do campo de atuação profissional pela redefinição do setor de bem-estar social durante a “transição democrática”. O período de “transição” foi um período de fragilização dos segmentos conservadores da sociedade brasileira e produto de uma reorganização das classes subalternas, o que resultou em conquistas parciais de direitos sociais no fim da década de 1980. A expansão dos equipamentos sociais possibilitou a entrada de grande número de psicólogos em instituições de saúde, escolas públicas e centros de assistência social.
- Embates teórico-ideológicos – o que possibilitou redefinições teóricas sobre a psicologia. Sobre este último ponto, Yamamoto (2003; 2007) afirma que foi crucial

a ação de um movimento político de psicólogos que visou ocupar as entidades sindicais e profissionais da psicologia<sup>14</sup>, possibilitar estudos sobre a profissão e fortalecer o combate contra concepções individualizantes e psicologizantes sobre o ser humano. Este movimento político tem sido representado pela difusão do lema do “compromisso social” da psicologia (Yamamoto, 2007).

Assim, de um lado, a tese elaborada por Campos (1983/2010) no início dos anos 1980, estava correta: a crise econômica no Brasil resultou em uma aproximação da psicologia às classes subalternas (o que é representado pelo assalariamento crescente dos profissionais “psi”). Mas se essa aproximação, por um lado, tem o potencial de revelar os problemas teóricos e políticos da psicologia dominante, por outro, não resulta de convicções ideológicas ou transformações nestas. Significa apenas que hoje há profissionais mais pobres e buscam sobreviver em um mercado de trabalho cada vez mais restrito.

### **Compromisso social da psicologia**

Segundo Bock (1999; 2003), a reflexão sobre o compromisso social da psicologia é impulsionada por uma preocupação em buscar novas formas de se pensar e praticar a psicologia. De um lado, a psicologia comprometida socialmente busca atender camadas sociais que, tradicionalmente, não tiveram ou têm acesso ao trabalho do psicólogo, de outro, valoriza perspectivas teóricas mais sociais em detrimento das abordagens liberais e “psicologizantes”<sup>15</sup>.

Em síntese, trata-se de um compromisso social do psicólogo que não é com as elites, mas com as massas populares; que combate as injustiças e desigualdades sociais. Para alcançar estes fins, a psicologia deve<sup>16</sup>: (a) ser concebida como uma intervenção social,

---

<sup>14</sup> Segundo Hur (2009), o período de “abertura política”, nas entidades de psicologia, foi representado pela disputa entre os “fundadores” – grupo de psicólogos que participaram do processo de regulamentação profissional da psicologia, com posições conservadoras e corporativistas – e a “oposição” – que defendia uma psicologia voltada às necessidades da maioria da população brasileira e que buscou uma aproximação das entidades de psicologia das lutas dos trabalhadores.

<sup>15</sup> Neste sentido: “É preciso compreender as relações sociais e as formas de produção da vida como fatores responsáveis pela produção do mundo psicológico. É preciso incluímos o mundo cotidiano e o mundo cultural e social na produção e na compreensão do mundo psicológico. A psicologia precisa, para superar suas construções ideológicas, analisar todos os elementos que se constituem como determinações do humano, sem isolar o mundo psíquico no interior do indivíduo, como algo natural, universal e dotado de força própria. A mudança nesta concepção permitirá a superação da ideologia presente na Psicologia e consolidará um novo compromisso dos psicólogos e da Psicologia com a sociedade, um compromisso de trabalho pela melhoria da qualidade de vida; um compromisso em nome dos direitos humanos e do fim das desigualdades sociais” (Bock, 2003, pp. 27-28)

<sup>16</sup> O uso do verbo dever não é acidental. Não poucas vezes, as discussões sobre “compromisso social” se manifestam como uma discussão sobre o “dever-ser” da psicologia em uma sociedade desigual. É nesta ênfase ética que se pode identificar o ponto mais problemático das discussões do compromisso social. A discussão sobre o “compromisso social”, com raras exceções, ignora a análise e a reflexão aprofundada sobre a sociedade de classes e a impossibilidade de justiça e igualdade para a classe trabalhadora na sociedade do capital. Qualquer análise marxista rapidamente demonstra como o reconhecimento das lutas de classes coloca



mesmo no caso de intervenções mais individualizadas, como aquelas que se desenvolvem nas clínicas privadas; (b) compreender o fenômeno psicológico como histórico e social; (c) conceber a transformação social como mediação para a promoção de saúde e do bem-estar.

O impacto das discussões sobre o “compromisso social” da psicologia não foi pequeno. Há várias práticas psicológicas que, após os debates críticos dos anos 1970 e 1980, mudaram significativamente e, hoje, afirmam o “compromisso social” da psicologia. Este é o caso das mais diversas áreas da psicologia, desde as tradicionais – como a psicologia educacional/escolar e da psicologia clínica e/ou da saúde – até aquelas que surgiram durante ou após os anos 1980, como a psicologia comunitária.

No campo da psicologia escolar/educacional, boa parte dos profissionais tenta superar as críticas ao papel conservador que a psicologia desempenhou ao analisar os chamados “problemas de aprendizagem” e, assim, legitimar uma escola injusta inserida em uma sociedade injusta. As propostas de superação são muito diversificadas: intervenções que tentam ampliar a participação da sociedade civil na elaboração de políticas educacionais ou aprofundar as relações entre escola-comunidade, intervenções em que a psicologia tenta contribuir na construção do projeto político e pedagógico da escola ou na formação do grupo de profissionais educacionais e, por fim, tentativas de oferecer um ensino “personalizado” para cada estudante (Guzzo, 2007; Guzzo, Mezzalira, Moreira, Tizzei & Silva Neto, 2010; Martinez, 2010).

No campo da clínica ou da saúde, as principais mudanças são vistas nas críticas ao modelo clínico, médico, remediativo e culpabilizador das vítimas que marcou a prática clínica tradicional. Hoje há práticas que têm como finalidade a prevenção, a promoção de saúde e que se orientam para a transformação social. Neste sentido, o psicólogo clínico não é visto meramente como um profissional, mas um agente que defende certas posições éticas e políticas e que atua em uma clínica social ou em programas de saúde abrangentes. Neste sentido, o psicólogo trabalha com a saúde coletiva, defende os princípios do Sistema Único de Saúde e atua em uma perspectiva multiprofissional com outras áreas (Dimenstein, 2001; Dutra, 2004; Lacerda Jr. & Guzzo, 2005; Moreira, Romagnolli & Neves, 2007).

### **Políticas públicas, psicologia comunitária e luta antimanicomial**

Há três espaços de atuação na psicologia brasileira que são especialmente relevantes e expressivos das transformações vividas pela psicologia brasileira e que, normalmente, são indicados como espaços fundamentais para o desenvolvimento de práticas críticas da psicologia.

Em primeiro lugar, cabe destacar as práticas da psicologia na *esfera das políticas sociais e públicas*. Para muitos, a psicologia, para ter uma prática transformadora, deve se

---

como necessidade refletir sobre os interesses de classe específicos e não apenas o “dever-ser” de uma categoria profissional sem identificar a sua posição *de classe* nas relações sociais. É curioso que, apesar das inúmeras deficiências teóricas e políticas das discussões sobre o compromisso social, inexista um conjunto sólido de análises críticas sobre elas. Algumas exceções são dadas pela análise de Yamamoto (2007) e apontamentos iniciais feitos por Guzzo (2007) e Silva (2011).

envolver com as políticas sociais, pois estas atendem especialmente os setores mais pobres da sociedade brasileira. Assim, a proposta de uma psicologia que se compromete com as classes subalternas ou que busca deselitizar a profissão tem encontrado na atuação do psicólogo frente às políticas sociais um dos principais indicadores de mudança da psicologia brasileira (Freitas, 2007; Saadallah, 2007; Yamamoto, 2007).

A contribuição da psicologia às políticas sociais no Brasil, segundo Saadallah (2007), pode ocorrer de diversas maneiras e em distintos momentos. As contribuições podem surgir nos momentos de formulação, gestão, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas, das mais diferentes maneiras: (a) intervenção – atendendo os usuários de equipamentos públicos (centros de saúde, escolas, centros de referência e assistência social, núcleos comunitários, etc.); (b) capacitação – formando atores sociais (lideranças comunitárias, profissionais de equipamentos públicos, etc.); (c) articulação – buscando a construção de redes sociais que integrem diferentes profissionais e, assim, evitar a fragmentação da questão social; (d) informação e comunicação – utilizando conhecimentos psicológicos para levantar informações que tenham como finalidade diagnosticar problemas, mapear serviços, resgatar história da comunidade, etc.

Em segundo lugar, é interessante destacar o desenvolvimento da *psicologia social comunitária*. Esta nasceu no período de retomada das lutas sociais no Brasil. Desde meados dos anos 1970, um conjunto de profissionais buscou não apenas deselitizar a profissão, mas contribuir para o fortalecimento dos movimentos populares contra a ditadura. A preocupação em, de alguma forma, desenvolver uma prática que estivesse claramente compromissada com os interesses dos oprimidos e dos explorados foi marcante nas primeiras intervenções comunitárias da psicologia (Freitas, 1996a; Góis, 2003a; 2003b; Lacerda Jr., 2010)<sup>17</sup>.

Inicialmente, a psicologia comunitária foi concebida como uma mudança no lócus de atuação do psicólogo. Nos anos 1970, tentando responder as críticas ao caráter elitista da psicologia, diversos profissionais saíram das organizações, das escolas e das clínicas privadas e foram oferecer serviços psicológicos nos bairros populares, esperando, assim, superar o elitismo da profissão fazendo psicologia *na comunidade* (Andery, 1984/2001; Freitas, 1996a).

Assim, segundo Freitas (1996a), as primeiras atuações comunitárias do psicólogo eram guiadas mais pelo impulso de desenvolver uma prática socialmente relevante e que pudesse responder aos anseios das classes populares. Um belo exemplo disso é o trabalho desenvolvido por Góis ao longo dos anos 1980 no Ceará. Neste período, Góis (2003b) apontava para a necessidade da psicologia se aproximar *diretamente* da classe oprimida,

---

<sup>17</sup> A psicologia comunitária brasileira, em um de seus aspectos, se desenvolveu de forma muito semelhante à psicologia comunitária que se desenvolveu em vários países da América Latina: em um primeiro momento, os psicólogos envolvidos em práticas comunitárias não tinham uma preocupação teórica, mas apenas o interesse em desenvolver uma prática que fosse transformadora e que fortalecesse os movimentos sociais e as lutas populares. A preocupação em efetivar uma sistematização teórica sobre o saber e o fazer da psicologia comunitária se fortaleceu apenas em um momento posterior, quando houve uma institucionalização do campo em universidades (Freitas, 1996a; Montero, 2004).

pois todas as instituições sociais seriam incapazes de responderem às necessidades dos trabalhadores e, assim, restava ao povo apenas a auto-organização. Para o autor, a psicologia poderia contribuir neste processo, mas sua prática deveria se transformar: seria necessário construir uma psicologia que utilizasse conhecimentos e práticas que contribuiriam para autonomia individual e grupal, justiça social, integração e participação comunitária e política<sup>18</sup>.

Nesta experiência, encontram-se alguns dos traços gerais, sintetizados por Lane (1996), que caracterizaram o conjunto de práticas comunitárias desenvolvidas até o início dos anos 1980: ênfase nas discussões sobre prevenção, questões de saúde mental, educação popular e conscientização, assim como um destaque especial para a centralidade da relação grupal nas intervenções desenvolvidas. Ainda segundo a autora, foi ao longo dos anos 1980 que a atuação da psicologia comunitária foi se definindo como uma atuação que visa: “desenvolver grupos que se tornem conscientes e aptos a exercer um autocontrole de situações de vida através de atividades cooperativas e organizadas” (Lane, 1996, p. 25).

A partir dos anos 1980, a psicologia comunitária deixou de ser uma prática marginal e conquistou certo espaço institucional. Todavia, este processo de institucionalização das práticas comunitárias da psicologia criou a necessidade de se diferenciar os termos “psicologia comunitária” e “psicologia social comunitária”, pois, na atualidade, a proliferação de práticas comunitárias não significa, necessariamente, que há uma intervenção que contribua para processos emancipatórios. Por isso, em textos mais atuais, “psicologia comunitária” refere-se a toda e qualquer prática comunitária desenvolvida por psicólogas e psicólogos. Neste sentido, o termo abarca inclusive práticas individualistas e assistencialistas. O termo “psicologia social comunitária”, por sua vez, abarca um conjunto de práticas que tem como referência autores da psicologia soviética ou da psicologia social crítica latino-americana, fundamenta-se em elaborações teóricas que afirmam a historicidade dos fenômenos psicológicos, assim como a unidade dialética da relação indivíduo e sociedade. São práticas que não têm fronteiras rígidas com outras áreas do saber, realizadas em grupos e que procuram tematizar relações de poder (Brandão, 1999; Freitas, 2007; Lacerda Jr., 2010; Lane, 1996).

Em terceiro lugar, cabe destacar o envolvimento da psicologia brasileira com a *luta antimanicomial*. Como em outros países, os hospícios foram criados no Brasil com a finalidade de isolar os “loucos” da sociedade. Esta exclusão não levava em conta apenas a questão da “normalidade”, mas reproduzia as desigualdades de gênero e classe. O hospício, enquanto instituição, tinha e tem características elementares: a busca pela vigilância total e completa do louco; a concepção de que a autoridade médica garante a cura; o combate ao ócio e a defesa do trabalho como meio terapêutico. Em síntese, controle, violência e

---

<sup>18</sup> As práticas desenvolvidas por Góis marcaram a história da psicologia comunitária no Brasil. Góis foi uma das figuras centrais na construção do Núcleo de Psicologia Comunitária da Universidade Federal do Ceará que, até hoje, desenvolve conhecimentos e práticas no campo da psicologia comunitária. Suas principais influências teóricas são a psicologia histórico-cultural e a teoria da atividade, a psicologia da libertação e a biodança (Ximenes & Góis, 2010).

exclusão são elementos constitutivos dos manicômios (Amarante, 2007; Lüchmann & Rodrigues, 2007; Ornellas, 1997).

Apesar das diversas disputas e negociações que marcaram a história da loucura no Brasil, pode-se afirmar que, em geral, as práticas e explicações tendiam à reprodução dos saberes predominantes na medicina. A construção de uma efetiva luta contra os manicômios se desenvolveu entre o fim dos anos 1960 e ao longo dos anos 1970, quando houve a retomada das lutas sociais no Brasil. Por isto, pode-se considerar a luta antimanicomial como um efetivo movimento social presente na história do Brasil (Lüchmann & Rodrigues, 2007).

Um sujeito central foi o Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental (MTSM) que denunciou a corrupção e a mercantilização dos serviços de saúde mental, a existência de práticas de violência e tortura nos hospícios e as precárias condições de trabalho nos hospitais psiquiátricos. Em um primeiro momento, entre o final dos anos 1970 e o início dos anos 1980, o MTSM defendeu a humanização dos hospitais psiquiátricos. Posteriormente, a partir da segunda metade dos anos 1980, setores do MTSM – influenciados pela psiquiatria democrática de Basaglia, os movimentos institucionalistas franceses e teóricos da psicanálise, do marxismo, da antropologia e da antipsiquiatria – deixaram de defender a mera humanização dos serviços psiquiátricos, mas o fim dos manicômios. É o período em que se construiu o Movimento Nacional de Luta Antimanicomial defendendo, explicitamente, o lema “por uma sociedade sem manicômios”. A criação de espaços de debate integrando usuários de serviços de saúde mental, familiares e profissionais foi uma marca destes movimentos (Lüchmann & Rodrigues, 2007; Vasconcelos, 2004).

Passado este período de grande efervescência social, surgiram divisões, institucionalizações e conquistas parciais no interior de todos envolvidos na luta antimanicomial. Dentre as principais conquistas elencam-se: (a) avanços no âmbito legal que possibilitaram a normatização e o financiamento público de serviços de saúde mental alternativos aos hospitais psiquiátricos; (b) o fechamento de significativo número de hospitais psiquiátricos, especialmente aqueles em que existiam explícitas violações aos direitos humanos; (c) desenvolvimento, institucionalização e difusão do “centro de atenção psicossocial” (CAPS), isto é, de uma instância alternativa – ainda que não substitutiva – ao modelo hospitalocêntrico e que é guiada por intervenções e ideias psicossociais que repensam o processo de saúde-doença, propõem uma nova divisão do trabalho entre os profissionais de saúde mental, democratizam as relações entre profissionais e usuários dos serviços de saúde mental e, por fim, analisam criticamente os efeitos de suas ações em termos terapêuticos e éticos (Costa-Rosa, 2000; Lüchmann & Rodrigues, 2007; Vasconcelos, 2004).

Nos momentos iniciais da luta antimanicomial, a participação da psicologia brasileira foi reduzida, porque a inserção da psicologia nesse contexto institucional, naquele momento histórico específico, era pequena<sup>19</sup>. Foi somente após o crescimento, iniciado nos

---

<sup>19</sup> Isto decorria do fato, já mencionado, de que o modelo profissional predominante era o de um profissional liberal inserido em clínicas privadas (Yamamoto, 1987; 2003; 2007). Vasconcelos (2004) nota, de forma

anos 1980, da participação de psicólogas e psicólogos nos equipamentos públicos de saúde, que a psicologia começou a atentar para as discussões sobre saúde mental e a luta antimanicomial. Desde então, a psicologia conquistou importante espaço de atuação nos CAPS, mas, isto não significa, necessariamente, uma ruptura com práticas tradicionais, ahistóricas e individualistas. Na realidade, muitos profissionais praticamente ignoram os debates, as concepções e as formulações defendidas pelos militantes da luta antimanicomial.

Ainda que as organizações profissionais de psicólogos – como, por exemplo, o Conselho Federal de Psicologia e os sindicatos de psicólogos – tomem posição francamente favorável à luta antimanicomial e alguns, como Bock (1999), destaquem o papel protagonista de alguns psicólogos na luta antimanicomial, a realidade é que nos equipamentos públicos de saúde ainda existem práticas e saberes tradicionais que pouco foram influenciados pela luta antimanicomial (Sales & Dimenstein, 2009; Vasconcelos, 2004). Por outro lado, desde os anos 1990, há a produção de um significativo conjunto de sistematizações teóricas sobre a luta antimanicomial, as práticas alternativas ao modelo hospitalocêntrico e as novas concepções sobre loucura, saúde, etc. (Vasconcelos, 2004).

Não obstante todas as mudanças na atuação profissional da psicologia brasileira, é um exagero afirmar que estas mudanças resultaram em uma psicologia que, enquanto profissão, está contribuindo para a construção de uma nova sociedade ou para o desaparecimento de desigualdades sociais. Tal como Yamamoto (2007) destaca, a entrada do psicólogo na esfera das políticas sociais ou em novos espaços foi algo marcante da profissão desde os anos 1980. No entanto, os saberes e práticas tradicionais difundidos por uma formação rasteira presente em muitas universidades no país não desapareceram, mas chegam a fazer parte do *quefazer* cotidiano de psicólogas e psicólogos que trabalham em novos espaços e com novos grupos (especialmente setores mais pobres). Mais grave ainda, parece que, muitas vezes, a atuação do psicólogo nas políticas sociais e nos equipamentos públicos não rompe com a forma típica do capitalismo contemporâneo responder à questão social: “o *acesso desqualificado* por parte de parcelas cada vez maiores da população aos serviços básicos no setor social” (Yamamoto, 2007, p. 34).

Diante deste problema, aqueles que defendiam uma superação do profissional clínico, liberal e elitista, passaram a destacar que não basta mudar o contexto de atuação da psicologia, mas também o arcabouço teórico da psicologia superando concepções individualistas e tecnicistas (dentre vários: Freitas, 1996a; 2007; Yamamoto, 1996; 2003).

### **Ideias da “psicologia crítica” atual: Correntes teóricas e psicologia social**

As análises teóricas de caráter crítico na psicologia brasileira podem ser identificadas na primeira metade do século XX. Neste período, surgiram trabalhos que tentaram repensar teoricamente a psicologia em função de projetos de reforma social (Sass, 2007). Exemplar, neste sentido, é o trabalho de Manoel Bomfim, o qual analisou a forma como os

---

ilustrativa, que, em 1980, em 23 equipamentos de saúde (os Postos de Atendimento Médico) no Rio de Janeiro trabalhavam 269 psiquiatras e 6 psicólogos. Essa situação é completamente diferente hoje.

colonizadores expropriaram os povos da América Latina, combateu o racismo científico e apontou para o povo (não as elites) como elemento fundamental da construção de uma efetiva nação brasileira<sup>20</sup> (Bock & Furtado, 2006; Jacó-Vilela, 2007).

No entanto, as elaborações teóricas mais sistemáticas abordadas aqui, começaram a partir da década de 1980. Quando surgiram diversos textos teóricos críticos que tentaram responder às diversas crises da psicologia no Brasil (Yamamoto, 1987). Há diversos elementos que podem explicar isso. Apesar de alguns deles já terem sido mencionados, é importante resgatá-los e apresentar outros:

- O contexto de radicalização das lutas populares contra a ditadura militar no Brasil. O processo de reorganização da classe trabalhadora contra a autocracia burguesa foi fundamental para possibilitar reflexões sobre como a psicologia poderia contribuir com processos de transformação social. Junto com isso, houve uma aproximação teórica ao marxismo e uma rejeição às produções norte-americanas decorrente da relação entre o apoio dos EUA à ditadura militar (Camino, 1996; Freitas, 1996a; Guareschi, 2007; Yamamoto, 1987; 2003; 2007).
- A entrada da “oposição” nas entidades representativas da psicologia. Diversos membros da oposição eram psicólogos influenciados por referenciais marxistas e outras propostas teóricas de caráter crítico. A oposição, pelo menos em seu início, criticava o corporativismo e defendia uma aproximação da psicologia aos diversos movimentos sociais progressistas existentes na sociedade civil. Estas mobilizações contribuíram para a difusão de propostas críticas no âmbito teórico (Hur, 2009).
- A difusão e criação de organizações e círculos psicanalíticos que romperam com a *International Psychoanalytical Association* (IPA). As sociedades brasileiras de psicanálise eram, segundo Coimbra (1995), espaços marcados por um pensamento teórico pobre e em que a formação era uma verdadeira “pedagogia da submissão”. Após as rupturas, diversos problemas permaneceram, mas houve a abertura de espaços para alternativas teóricas mais críticas, como as propostas de Bleger, Pichon-Rivière e outros psicanalistas de origem argentina<sup>21</sup>, assim como para o lacanismo e outras leituras da psicanálise que desenvolvem análises grupais, institucionais e culturais (ver também Carvalho & Dunker, 2005).
- A formação de associações e círculos de estudo e intervenção inspirados pelo movimento institucionalista e por filósofos franceses como Lapassade, Lourau, Guattari, Deleuze e Foucault. Suas ideias passaram a ser discutidas e ensinadas, assim como utilizadas e repensadas no contexto brasileiro (Coimbra, 1995; Rodrigues, 2006).
- A difusão dos movimentos de saúde coletiva e da luta antimanicomial. As lutas para transformar as relações sociedade e loucura não resultaram apenas em mudanças

---

<sup>20</sup> É importante notar que, enquanto representantes e ideólogos das classes dominantes buscaram construir o Brasil como nação moderna negando e reprimindo qualquer ação do “povo” como agente político autônomo, Bomfim aponta, justamente, para a entrada do povo como elemento constitutivo de uma nação.

<sup>21</sup> Segundo Coimbra (1995), os argentinos que chegaram ao Brasil fugindo da ditadura na Argentina, possibilitaram não só uma maior difusão das análises grupais e da proposta de “psicologia institucional” de Bleger, mas também das elaborações de Guattari, Deleuze e da Análise Institucional.

nas políticas de saúde mental, mas introduziram novas concepções de subjetividade, normalidade, loucura, sujeito, etc. Em geral o movimento da luta antimanicomial foi influenciado por teóricos como Foucault, Guattari, Basaglia e outros (Goulart, 2007; Vasconcelos, 2004).

- A fundação da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO). Desde os anos 1970, diversos psicólogos brasileiros desenvolviam críticas à psicologia social predominante no Brasil e na América Latina (Bomfim, 2003; Lane, 1984a/2001). A fundação, em 1980, da Associação Brasileira de Psicologia Social impulsionou estudos e práticas de caráter crítico no Brasil. A realidade brasileira, os problemas psicossociais que atingem as maiorias populares latino-americanas, a necessidade de uma ação política dentro da universidade e a construção de uma psicologia social que superasse os modelos norte-americanos e europeus foram alguns dos problemas abordados nos espaços da ABRAPSO (Bomfim, Freitas & Campos, 1992; Lane, 1984a/2001; Lane & Bock, 2003; Molon, 2002).
- O processo de expansão da pesquisa nas universidades brasileiras, especialmente nas universidades públicas – espaço que aglutinou lutas sociais contra a ditadura militar e germinou o desenvolvimento de espaços que possibilitaram o desenvolvimento de um pensamento crítico. Jacó-Vilela (2007) nota que a expansão da pós-graduação coincide com o processo de difusão da crise da psicologia social no Brasil e que, hoje, a maior parte dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em psicologia no Brasil tem ênfase na psicologia social.

Em geral, tudo o que foi mencionado anteriormente ocorreu, especialmente, entre os anos 1970 e 1980. Processos iniciados nesses anos possibilitaram uma explosão de produções de teorias críticas nos anos 1990 e no início do século XXI. Há, no entanto, uma diferença importante: nas primeiras produções existia uma hegemonia da psicanálise e do marxismo nos círculos críticos da psicologia brasileira, enquanto a atualidade é marcada por uma enorme pluralidade, com produções influenciadas pelas mais diversas correntes: análise institucional francesa; arqueologia e genealogia foucaultiana; teoria social e psicanálise lacaniana; teoria crítica da escola de Frankfurt; psicologia histórico-cultural e teoria da atividade; psicologia da libertação; antipsiquiatria e outros.

Carvalho e Dunker (2005) elencam como principais tendências da psicologia crítica brasileira: psicanálise, psicologia social, psicologia social comunitária, psicologia sócio-histórica, psicologia institucional e psicologia educacional. Este quadro aponta para algumas referências importantes da psicologia crítica no Brasil, mas não dá conta de toda a sua diversidade e complexidade. Nem o presente texto pode oferecer um olhar detalhado.

Por isso, a discussão desenvolvida aqui, ao invés de apontar campos específicos, busca destacar algumas das diversas manifestações de “psicologia crítica” no Brasil mediante dois olhares: (a) um primeiro, que aponta para as principais correntes que predominam no pensamento crítico da psicologia brasileira e sua influência nas discussões sobre o objeto da psicologia hoje; (b) um segundo, que destaca desdobramentos da psicologia crítica no campo da psicologia social.



### Correntes teóricas e os projetos de psicologia crítica

Já se afirmou que a psicologia crítica brasileira contém uma variedade enorme de construções teóricas – o que torna a tarefa de apresentar as diferentes correntes algo complexo. Correndo os riscos da esquematização, esta apresentação agrupa as diversas abordagens teóricas em dois polos: em um primeiro, localizam-se aquelas “grandes narrativas” que marcaram os primórdios da psicologia crítica, como o marxismo e a psicanálise; no segundo polo localizam-se teorias que se inspiram em elaborações resultantes do “giro linguístico” e/ou das críticas pós-modernas e pós-estruturalistas. Assim, pode-se encontrar desde proposições que se fundamentam estritamente no marxismo até outras que dialogam apenas com as análises construcionistas e pós-modernas. Entre estes dois polos, encontram-se, por exemplo, trabalhos que combinam autores distintos como Foucault, Moscovici e Marx. A seguir, apresentam-se alguns exemplos.

Combinando *marxismo e psicanálise* é possível encontrar aqueles que tentaram elaborar uma síntese freudo-marxista, isto é, compreendem a psicanálise como uma teoria do indivíduo, o marxismo enquanto uma teoria da sociedade e a combinação entre ambos como uma síntese a ser realizada, mas que resultaria em algo superior (Sandler, 1986; Viana, 2002; Violante, 1988; Granúzzio & Ceribelli, 2011). Também existem aqueles textos que, a partir da leitura de psicólogos marxistas e de textos de Marx e Engels, tentam retirar contribuições para a psicologia (Carvalho, 1989).

Dentre os textos de psicologia crítica que se fundamentam em leituras de Marx e Freud, no Brasil há um conjunto de pesquisadores que se fundamentam na teoria crítica da Escola de Frankfurt. Esses estudos se desenvolveram especialmente na psicologia social, compreendida como uma ciência analiticamente orientada e que estuda processos sociais que possibilitam ou impedem a formação do indivíduo, uma ciência que analisa as possibilidades de resistência à alienação no nível individual (Crochík, 1996; 2008). Outros psicólogos aprofundaram estudos sobre preconceito, moral, educação, ideologia, arte, psicanálise e a categoria subjetividade (Caniato, 2008; Crochik, 2006; 2007; Resende & Chaves, 2010; Soares, 2011; Zanolla, 2010; 2011).

Os estudos inaugurados pela *troika* – Vygotsky, Leontiev e Luria – da psicologia soviética foram especialmente influentes no Brasil, especialmente entre estudiosos que buscavam articular o marxismo com a psicologia sem recorrer à psicanálise. O pensamento de Vygotsky, foi especialmente importante na psicologia brasileira ao possibilitar o surgimento de análises dialéticas e não-reducionistas sobre a constituição social, política e histórica do sujeito (Bock & Furtado, 2006; Lane, 1984a/2001; Prado Filho, 2009).

A penetração das ideias de Vygotsky no Brasil foi enorme, ainda que, muitas vezes, tenha sido produto de leituras que reduzem ou eliminam os fundamentos marxistas na obra vygotskyana. No campo da “psicologia crítica” há um conjunto de textos no Brasil que vêm problematizando as traduções da obra desse estudioso soviético, assim como polemizando com autores que tentam eliminar o marxismo de sua obra (Facci, Barroco & Leonardo, 2009; Tuleski, 2002). A influência da psicologia histórico-cultural de Vygotsky foi especialmente importante entre estudiosos da psicologia educacional ou da psicologia do desenvolvimento. Problematizações sobre o papel da escola e de instituições sociais na

constituição do sujeito, análises sobre emoções, experiência e consciência são alguns dos tópicos estudados por aqueles influenciados por Vygotsky (Facci, 2009; Toassa, 2011).

Na psicologia social, os trabalhos de Vygotsky, Leontiev e Luria foram divulgados especialmente a partir dos anos 1980 e a difusão de seus estudos foi realizada, especialmente, a partir dos estudos de Lane (1984a/2001; 1995; Lane & Camargo, 1995) que, buscando elaborar uma “nova concepção de homem” na psicologia social a partir da psicologia soviética, apontou para a centralidade das categorias consciência, atividade, identidade e emoções para a construção de uma psicologia social crítica e histórica (Lane, 1984a/2001; 1995; Lane & Camargo, 1995). A partir dos estudos de Lane, um grupo de pesquisadores desenvolveram estudos sobre categorias como sujeito, subjetividade social, psiquismo, atividade, consciência, sentido e significado (Aguiar, 2001; Aguiar, Liebesny, Marchesan & Sanchez, 2009; Furtado, 2001; Furtado & Svartman, 2009; Gonçalves, 2003; Bock & Gonçalves, 2009).

Fora do campo da psicanálise e do marxismo, há análises que se inspiram, dentre diversos autores, nos textos foucaultianos. Desde o final da década de 1980, surgiram trabalhos, na psicologia social inspirados na obra de Foucault (Machado, 1987a; von Smigay, 1989), mas foi ao longo da década de 1990 e no início deste século que os trabalhos do pensador francês se tornaram cada vez mais presentes na psicologia crítica brasileira. Foucault foi tomado como um teórico inspirador para, de um lado, criticar concepções positivistas, essencialistas e ahistóricas de sujeito e subjetividade e para, por outro, superar limitações do marxismo. Dentro de um leque extremamente amplo, podem ser destacados trabalhos que analisam as contribuições de Foucault ao estudo de processos como experiência, subjetivação, política, poder e controle (Ferreira Neto, 2006; Guareschi & Hüning, 2009; Lemos & Cardoso Júnior, 2009; Martins, 2008).

É interessante notar que foi esse campo crítico à psicanálise e ao marxismo que serviu como ponto de partida para a elaboração de um conjunto amplo e rico de estudos críticos sobre a história da psicologia em geral e no Brasil. Assim, Foucault – junto com outros teóricos franceses – foi peça fundamental para importantes análises sobre a psicanálise e a psicologia enquanto dispositivos de dominação (Coimbra, 1995; Ferreira, 2006; Figueiredo, 2007; Jáco-Vilela, 2007; Rodrigues, 2006).

Deleuze e Guattari também são referências centrais na psicologia crítica brasileira. A visita de Guattari ao Brasil em 1982 (Guattari & Rolnik, 1996) expressou e intensificou a existência de diversos trabalhos abordando processos de subjetivação na contemporaneidade, redefinição sobre a loucura, a política no contemporâneo, todos com a finalidade de aprofundar uma crítica da produção de subjetividades no capitalismo (Machado & Lavrador, 2001; Mancebo, 2003; Orlandi, 2001; Palombini, 2011).

O construcionismo social em suas diversas vertentes, assim como a psicologia discursiva também vem se fazendo presente na psicologia social brasileira. Na psicologia social essa tendência teórica serviu para fundamentar estudos críticos sobre o fenômeno psicológico em sua dimensão social. Diversos pesquisadores brasileiros passaram a olhar para o cotidiano e a produção de sentidos em seu interior oferecendo novas compreensões sobre a subjetividade, a noção de eu e olhares críticos às microrrelações de poder – como,

por exemplo, nas atividades de pesquisa em psicologia (Spink, 2000; Guanaes & Japur, 2003; Mélló, Silva, Lima & Di Paolo, 2007).

Refletindo essa pluralidade de correntes teóricas na “psicologia crítica” brasileira, pode-se destacar, como exemplo, o conjunto de discussões sobre a categoria subjetividade. Provavelmente, tal como em outras partes do mundo, a categoria subjetividade surgiu como dispositivo teórico central em diversos projetos de psicologia crítica no Brasil. Nas mais diversas correntes teóricas, a subjetividade é apresentada como categoria capaz de problematizar o caráter complexo do fenômeno psicológico e de possibilitar a superação de concepções dicotômicas ou reducionistas que existem na psicologia.

Segundo Bernardes (2007), a entrada do conceito de subjetividade na psicologia reflete um processo ambíguo. Por um lado, a categoria pode expressar o desenvolvimento de um pensamento crítico que tenta compreender o “social” para transformá-lo. Por outro lado, a categoria pode ser, algumas vezes, manifestação teórica conservadora de transformações do capitalismo contemporâneo. Assim, a entrada do capitalismo em um período de acumulação flexível e de aceleração do processo de circulação do capital teria um contraponto teórico: a defesa de um conceito que glorificaria a existência de sujeitos fluídos e fragmentados. Neste último sentido, subjetividade não seria um dispositivo teórico que contribuiria para uma crítica emancipadora, mas sim que serviria para adequar a psicologia ao clima ideológico predominante no capitalismo contemporâneo.

Da mesma forma, Mancebo (2003) nota como as transformações do capitalismo na atualidade abriram oportunidades para combater as noções de sujeito unitário, racional e dotado de essência ahistórica. Repensar a psicologia, analisar processos sociais e subjetivos novos são tarefas colocadas para a atualidade. Mas, alerta a autora, as novas formas de subjetivação podem refletir novas formas de garantir a produção e reprodução do capital.

Assim, a categoria subjetividade vem sendo objeto de diversos debates em projetos de psicologia crítica no Brasil. De um lado, encontram-se os trabalhos que dão centralidade para esta categoria com a finalidade de construir uma psicologia que não define seu objeto reproduzindo concepções dicotômicas sobre a relação indivíduo-sociedade.

Exemplar desse ponto de vista é o trabalho de González Rey, o qual busca demonstrar o potencial da categoria subjetividade para se repensar epistemologicamente a psicologia. Segundo o autor, a ausência de uma definição ontológica sobre a subjetividade fez com que muitas das novas perspectivas teóricas em psicologia resultem apenas em novas formas de se reduzir a relação entre sujeito e objeto a alguma dimensão específica dessa relação. Assim, da superação de uma fundamentação biologicista passou-se a uma fundamentação discursiva que também não permite uma definição complexa sobre a subjetividade (González Rey, 2003; 2005). A subjetividade humana, segundo González Rey (2003; 2005), não resulta de uma causalidade inexorável entre as condições sociais e subjetivas, é resultado da interação humana e das produções de significado e sentido pelo sujeito.

Por outro lado, há aqueles trabalhos que estão problematizando a categoria subjetividade. Na psicologia, Resende (2008; 2009), por exemplo, resgatou contribuições da psicanálise e do marxismo para problematizar as formas contemporâneas de

conceitualização da subjetividade e para demonstrar que certos clássicos – como Marx e Freud – ainda possuem enorme importância para se analisar a contemporaneidade e o psiquismo.

Também em um campo influenciado pelo marxismo cabe destacar a recente e extensa obra de Vasconcelos (2010) que analisa o tema da subjetividade humana e sua articulação com o marxismo. O autor assume uma postura crítica em relação a Marx e os marxismos e busca defender a tese de que a tradição marxista, não obstante enormes contribuições para uma compreensão histórica e social da subjetividade, possui limitações insuperáveis na compreensão da subjetividade. As contribuições do marxismo para o estudo da subjetividade humana e para a psicologia seriam, segundo o autor: o fortalecimento de concepções dialéticas e não-reducionistas sobre a subjetividade; estudos sobre a subjetividade de forma a subsidiar práticas profissionais transformadoras; a problematização de concepções conservadoras de saúde mental e loucura; a análise da dimensão subjetiva de processos de alienação, dominação e exploração; a crítica da família, da sexualidade e de processos opressivos de gênero.

### **Psicologia social crítica**

Muitas das primeiras elaborações do pensamento crítico brasileiro surgiram no âmbito da psicologia social e isto, de fato, foi decorrente dos reflexos da chamada “crise” da psicologia social nos anos 1960 e 1970 (Camino, 1996; Lacerda Jr. & Guzzo, 2009; Lane, 1984a/2001; Montero, 1996). Apesar de todas as diferenças teóricas, é possível identificar certa linha de continuidade em alguns problemas que permeiam os mais distintos trabalhos da psicologia social crítica brasileira.

Os primeiros trabalhos eram, em sua maioria, influenciados pela psicanálise e pelo marxismo, enquanto, atualmente, a diversidade teórica e temática é enorme. Essa pluralidade parece ser fruto da enorme expansão da psicologia social brasileira que conta com uma associação de psicólogos – ABRAPSO – que organiza encontros nacionais bianuais que reúnem milhares de estudantes, profissionais e pesquisadores, assim como há influência importante do grande número de programas de pós-graduação *stricto sensu* em psicologia social no país.

A ABRAPSO é parte importante da história da psicologia crítica brasileira. As primeiras críticas ao modelo de psicologia social predominante no Brasil, assim como na América Latina em geral, começaram a ganhar corpo durante os congressos da Sociedade Interamericana de Psicologia (SIP) realizados em Miami em 1976 e em Lima em 1979. Os congressos serviram para discutir a distância entre a realidade das maiorias populares dos países latino-americanos e os estudos da psicologia social. Desta forma, uma das propostas discutidas foi a criação de associações de psicologia social no nível nacional e o questionamento da representatividade da Associação Latino-Americana de Psicologia Social (ALAPSO) fundada em 1972 e que, em 1979, era presidida por Aroldo Rodrigues, psicólogo social brasileiro, que pesquisava e publicava a partir dos referenciais de uma

psicologia social norte-americana marcada pelo positivismo e concepções adaptacionistas de homem (Lane, 1984/2001; Lane & Bock, 2003; Molon, 2002).

Seguindo as propostas discutidas no âmbito dos congressos da SIP, foi realizado o I Encontro Brasileiro de Psicologia Social em outubro de 1979. Durante o encontro Aroldo Rodrigues se retirou por não ter acordo com as discussões realizadas e os encaminhamentos proposto. Um deles era a proposta de fundação da ABRAPSO – o que ocorreu em 10 de julho de 1980, tendo como presidente a pesquisadora, já citada neste trabalho, Silvia Lane (Lane & Bock, 2003; Molon, 2002). A ABRAPSO buscava superar, de forma crítica e progressista, o abismo que separava a realidade brasileira e a psicologia social:

As intenções políticas da ABRAPSO sempre foram estas: a construção de uma psicologia social crítica, voltada para os problemas nacionais, acatando diferentes correntes epistemológicas, desde que filiadas ao compromisso social de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa (Lane & Bock, 2003, p.149).

Neste período existia um enorme interesse na contribuição prática que a psicologia social poderia oferecer. Um conjunto de profissionais, buscando reduzir o elitismo predominante na prática profissional da psicologia, tentava expandir os serviços psicológicos às populações mais pobres rompendo com o assistencialismo e contribuindo para a organização popular. Por isto, muitas das discussões sobre psicologia social apareceram no Brasil e na América Latina associadas às discussões sobre psicologia (social) comunitária (Bomfim, Freitas & Campos, 1992; Freitas, 2001; Montero, 2004).

A enorme diversidade cultural brasileira, a expansão de cursos de pós-graduação em psicologia, os diferentes desdobramentos resultantes das mudanças políticas que marcaram o Brasil entre os anos 1980 e 1990 e a própria fragmentação das ciências sociais em geral resultaram em uma enorme pluralidade no interior da psicologia social crítica brasileira. Tentando organizar esta diversidade, Spink e Spink propõem dois eixos de continuidade nas diferentes posições provenientes dos diversos fazeres e saberes em psicologia social:

O primeiro é formado pelas diversas teorizações sobre as maneiras como damos sentidos aos eventos do cotidiano: as atitudes, o processamento de informação na vertente cognitivista, as representações sociais, a ideologia e processos de conscientização e as práticas discursivas cotidianas. O segundo eixo refere-se às múltiplas formas de sociabilidade, seja de microalcance (as relações afetivas e amorosas, as emoções), de médio alcance (os processos de socialização, as relações familiares e institucionais) ou de macroalcance (nossa inserção na vida política, nos movimentos sociais, nas relações comunitárias). Em cada eixo há divergências sobre quais as teorizações mais adequadas, o método mais apropriado ou o alcance que é prioritário (Spink & Spink, 2006, pp. 574-575).

Seguindo, em linhas gerais, a classificação proposta por Spink e Spink, são apresentados, a seguir, alguns dos temas de estudos que marcaram a psicologia social crítica no Brasil. Em primeiro lugar, cabe destacar um conjunto de discussões sobre o objeto da psicologia social. Críticas ao psicologismo, às análises dicotômicas da relação

indivíduo-sociedade, ao individualismo e outros problemas teóricos da psicologia dominante estão presentes em várias publicações da psicologia social crítica brasileira (Bernardes, 1998; Camino, 1996; 2005; Crochík, 1996; 2008; Guareschi, 2005; 2007; Lane, 1984a/2001; 1987; Mancebo, 2003; Rodrigues, 2006; Spink & Spink, 2006).

Além das discussões epistemológicas e metodológicas, predominaram análises e pesquisas sobre conceitos e processos psicossociais específicos que tentam contribuir para uma crítica da sociedade contemporânea. São exemplos ilustrativos trabalhos sobre: consciência, alienação e ideologia (Codo, 2004; Guareschi, 1996; Lane, 1984b/2001; Maia, 2007); participação, política e movimentos sociais (Groff, Maheirie & Prim, 2009; Lacerda Jr. & Guzzo, 2006; Narita, 2005; Prado, 2001; Prado & Costa, 2009; Sandoval, 1989; 2001; Silva, 2003); processos grupais (Borges, Batista & Vecchia, 2011; Lane, 1984c/2001; Martins, 2003); pobreza, exclusão e desigualdade social (Dantas, 2007; Sawaia, 1999; 2009); direitos humanos (Camino, Mendoza & Ismael, 2009; Coimbra, 2001; Schwede, Barbosa & Schruher, 2008); autoridade e violência (Lhullier, 1997; Caniato, 2008); mídia e meios de comunicação de massa (Guareschi, 1991; 2000), preconceito (Crochík, 2006; Nunes & Camino, 2011; Prado & Machado, 2008), identidade (Ciampa, 1987; Jacques, 1998; Lima, 2008; Lopes, 2002), vida cotidiana (Arendt, 2008; Spink, 2000) e outros<sup>22</sup>.

Pode-se citar alguns exemplos que, apesar de não esgotarem a diversidade teórica da psicologia social brasileira, ilustram o caráter crítico e o engajamento de diversos intelectuais com o estudo e a crítica da realidade brasileira.

Um primeiro exemplo relevante e ilustrativo é a vida e obra de Silvia Lane. Tal como já se mencionou, a autora foi importante divulgadora das obras de Vygotsky, Luria e Leontiev na psicologia social brasileira. Além disso, contribuiu para a divulgação de diversos teóricos europeus (Serge Moscovici, Georges Politzer, Lucien Sève) e latino-americanos (González Rey, Martín-Baró, Montero e outros) que articulavam psicologia e marxismo ou problematizavam as reduções psicologistas das teorias predominantes. Desta forma, a autora contribuiu para: introduzir uma reflexão sobre a necessidade de novas categorias que dão conta do caráter histórico e social do homem, discutir contribuições do materialismo histórico para a psicologia, resignificar as categorias atividade, consciência e identidade na psicologia social, apontar para o caráter adaptacionista da psicologia social norte-americana e levantar a necessidade de uma psicologia voltada para intervenções comunitárias (Lane, 1984a/2001; 1986; 1987; 1989; 1996).

Um segundo exemplo que pode ser indicado é o conjunto de trabalhos desenvolvidos por Pedrinho Guareschi. Este desenvolveu e ainda desenvolve intensa atividade teórica sobre temas como ideologia, poder, dominação, representações sociais, mídia, comunicação e subjetividade (Guareschi, 1991; 1996; 2000; 2005; 2007; 2009) a partir de diversas influências teóricas como: Zygmunt Bauman, Paulo Freire, Karl Marx, Serge Moscovici, Edward P. Thompson e outros. Seus estudos – além de contribuir para a problematização de

---

<sup>22</sup> Obviamente, a seleção de temas e trabalhos citada neste parágrafo e nos próximos é parcial e limitada. No entanto, neste momento, a intenção não é apresentar um quadro exaustivo, mas que apenas ilustre o conjunto de problemas estudados por aqueles que podem ser agrupados em torno do termo “psicologia crítica”.

certos conceitos como poder, dominação, comunicação e indivíduo – buscam contribuir com processos de conscientização e libertação.

Orientados para a mesma direção de Lane e Guareschi, estão os trabalhos de Camino (1996; 2005). Este buscou, nos anos 1970 e 1980, contribuir para o fortalecimento de movimentos sociais estabelecendo parcerias com sindicatos, estudando ocupações de terras e terrenos em zonas urbanas e rurais, etc. Em uma fase posterior, Camino e seu grupo definiu como meta a construção de: “uma psicologia social que fosse compatível com estas concepções sobre o homem e a sociedade e que, ao mesmo tempo, permitisse construir um conjunto de conhecimentos científicos sobre os processos subjetivos subjacentes às relações sociais no interior de uma sociedade determinada” (Camino, 1996 p. 20). Para isto, o autor recorreu a reflexões interdisciplinares sobre a relação indivíduo e sociedade e passou a estudar as contribuições de Moscovici e Tajfel, assim como os conceitos de representação social e identidade social. A partir daí, Camino e um grupo de colaboradores vêm desenvolvendo pesquisas sobre movimentos sociais, comportamento político, racismo, sexismo e homofobia utilizando o que chama de uma “perspectiva psicossocial” (Camino, Mendoza & Ismael, 2009; Torres, Lima & Costa, 2005).

Sintomaticamente, dentre todos os campos da psicologia brasileira, foi na psicologia social que as críticas feministas e o conceito de gênero se desenvolveram mais intensamente. A psicologia social brasileira vem desenvolvendo e publicando trabalhos feministas sobre violência doméstica, desigualdades na educação, no trabalho e na família, concepções essencializantes de indivíduo na psicologia e outros problemas (Maia, 2007; Nuernberg, 2005; Strey, 1998; Prehn & Hüning, 2005).

Da mesma forma, é na psicologia social que estão os estudos mais importantes sobre raça, racismo e preconceito. Há estudos sobre branquitude (afirmação dos privilégios brancos) e branqueamento (ideologia que atribui ao negro o desejo de ser branco e, assim, alcançar privilégios brancos), intolerância e ideologias totalitárias, manifestações de racismo “cordial” e análises sobre o antirracismo (Camino, Silva, Machado & Pereira, 2001; Carone, 2009; Silva, 2001; Kawahala & Soler, 2010; Schucman, 2010; Souza, 2001; 2005; Vilhena, 2006).

Também foi na psicologia social que o pensamento de Martín-Baró – proponente da psicologia da libertação – mais se difundiu entre psicólogos brasileiros. O trabalho de Martín-Baró foi uma influência marcante nos trabalhos de alguns pesquisadores brasileiros que tentam resgatar suas contribuições para discutir uma psicologia social que contribua para processos de libertação social e que analise criticamente relações grupais, conflitos políticos por poder e a constituição social do indivíduo (Freitas, 1996b; Lacerda Jr., 2007; Lacerda Jr. & Guzzo, 2009; Lane, 1995; Martins, 2003; Ximenes & Góis, 2010).

Em síntese, a psicologia social crítica brasileira foi um fértil terreno para a difusão de trabalhos feministas e antirracistas, assim como os mais diversos estudos sobre a sociedade capitalista e certos processos psicossociais. Hoje é um campo amplo, plural e difundido por boa parte das universidades brasileiras, ainda que, com certeza, não supere a condição de marginalidade dentro de cursos de formação em psicologia que priorizam a



“santíssima trindade” (psicanálise, behaviorismo/cognitivismo e humanismo) dos cursos de graduação da psicologia brasileira.

### **Desafios para a psicologia crítica no Brasil**

Após apresentar um quadro geral e incompleto da psicologia crítica brasileira, cabe tecer um conjunto de considerações sobre desafios contemporâneos que marcam esse campo no Brasil. A partir do que foi exposto anteriormente, é possível retomar, sinteticamente, que o desenvolvimento do pensamento crítico na psicologia brasileira foi marcado por dois desdobramentos básicos fundamentais.

O primeiro foi a *ofensiva* das lutas sociais impulsionada ao longo da década de 1970. Sem esta fermentação social que contestava as frações dominantes da burguesia no Brasil não se poderia imaginar o surgimento de ações, pesquisas e estudos de psicólogos brasileiros que buscaram construir uma outra sociedade e uma outra psicologia. Ainda que o contexto ideológico e político atual seja completamente diferente daquele existente entre os anos 1970 e 1980, o fato é que perspectivas fundadas nos anseios de movimentos sociais que buscam subverter a ordem social ainda seguem vivas na psicologia brasileira.

O segundo desdobramento – imprescindível para se compreender algumas perspectivas contemporâneas – foi a *derrota* das lutas sociais contra a ditadura militar e a sociedade burguesa como um todo. Esta derrota resultou em uma democracia burguesa sob hegemonia neoliberal em que o polo dominante é formado por um bloco composto pelo capital financeiro, setores do capital industrial e do agronegócio. Os representantes políticos desses setores são ex-operários (como o ex-presidente Lula) e ex-guerrilheiros (como a atual presidente Dilma). Esta derrota produziu um ambíguo processo na psicologia crítica brasileira. De um lado, intensificou a acomodação de teóricos e profissionais ao sistema imperante. De outro, criou um clima ideológico em que diversos teóricos e pesquisadores começaram a buscar modelos e práticas alternativos, pois, segundo sua compreensão, as derrotas do passado seriam produto de deficiências das “grandes narrativas anteriores”.

É dentro dessa complexa situação que se situa a psicologia crítica brasileira. Neste sentido, pode-se destacar um conjunto de desafios e problemas que devem ser pensados e problematizados, com a finalidade de se garantir que a “psicologia crítica” não seja apenas mais um instrumento de reprodução do status quo e que, efetivamente, possa contribuir em processos de emancipação e insurgência social.

O primeiro desafio que deve ser apontado relaciona-se com os temas do “compromisso social” e das políticas públicas. O “compromisso social” é especialmente problemático, pois, tal como foi destacado anteriormente, se fortaleceu quando a psicologia brasileira entrou em serviços públicos ou em espaços que trabalhavam com manifestações da “questão social”. O problema é que as discussões sobre o compromisso social da psicologia parecem confundir a tendência ao assalariamento dos psicólogos – uma mudança econômica – com a apropriação ou a criação de concepções teóricas críticas ao individualismo, as injustiças sociais e ao capitalismo – uma mudança ideológica.

Assim, celebrar a oferta de “serviços psi” como uma ruptura do “compromisso da psicologia com as elites” é esquecer que o mero oferecimento desses serviços para os setores populares não cumpre, *necessariamente*, um papel diferente daqueles projetos de psicologia do início do século XX que buscavam transformar o Brasil em uma “nação moderna”. Isto é, o trabalho da psicologia com os pobres e excluídos, muitas vezes, cumpre o papel conservador de fazer da psicologia um instrumento no processo de “modernização” dos setores populares. Assim, profissionais da psicologia inseridos em serviços públicos de saúde, educação e assistência social trabalham com setores pobres da população brasileira, mas não necessariamente cumprem o “dever-ser” esperado e indicado pelos ideólogos do “compromisso social da psicologia”.

Da mesma forma, o trabalho com políticas públicas não é necessariamente um espaço de crítica ou transformação social. É preciso lembrar que as políticas sociais são ações estatais que parcializam e setorializam a questão social<sup>23</sup> de forma a reduzir ou mascarar os sintomas de problemas sociais como a pobreza, o desemprego, etc., mas *sem solucionar ou abordar* as causas. Neste sentido, sempre vemos políticas sociais no plural e nunca no singular. Não há uma política social para resolver o problema da desigualdade social e, assim, resolver ou reduzir os problemas da classe trabalhadora, mas apenas políticas sociais específicas para “doentes”, “mulheres”, “crianças”, etc. (Faleiros, 2004; Netto, 2010).

Com tudo o que foi exposto, pode-se concordar com Yamamoto (2003; 2007), quem destaca que o envolvimento da psicologia com as refrações da questão social não necessariamente significa o desenvolvimento de uma intervenção social mais crítica ou transformadora. A atuação da psicologia nesse setor, pode significar apenas que a psicologia está legitimando o oferecimento de serviços precários para a população mais pobre atendida por equipamentos públicos ou organizações não-governamentais.

Será que, efetivamente, ao trabalhar com as políticas públicas, a psicologia brasileira está contribuindo para a transformação social? Os debates sobre o “compromisso social” realmente contribuem para o desenvolvimento de uma psicologia que *efetivamente* potencializa o “fim das desigualdades sociais” (Bock, 2003, p. 28)? Ou será que os discursos sobre “compromisso social” e “políticas públicas” são apenas dispositivos substitutivos mais afeitos ao clima ideológico conservador criado por mais de 20 anos de hegemonia neoliberal? Em outras palavras, seria o “compromisso social” apenas mais uma manifestação ideológica que alimenta ilusões em reformas no interior do sistema capitalista e que, de forma messiânica, exagera o papel do psicólogo no processo de transformação da sociedade capitalista e obscurece o problema da vinculação de classe deste profissional?

---

<sup>23</sup> A categoria “questão social” surgiu para analisar o pauperismo da classe trabalhadora na sociedade capitalista. A especificidade da pobreza generalizada no início das sociedades capitalista decorria do fato de que, pela primeira vez na história da humanidade, a pobreza era produzida pelas mesmas condições que tornavam sua superação uma possibilidade objetiva. Com o desenvolvimento do instrumental marxiano, desenvolveu-se, também, uma compreensão da gênese, do caráter e do desenvolvimento das distintas manifestações da questão social. Para Marx, a questão social funda-se na relação de exploração do trabalho pelo capital (Netto, 2010).

Um segundo problema que pode ser apontado é o abrandamento das críticas elaboradas por setores intelectuais que, antes, apontavam para a necessidade da destruição da sociedade burguesa e suas estruturas de dominação. Esse abrandamento, possivelmente, está relacionado com o delicado problema da institucionalização da psicologia crítica (ou de grupos críticos da psicologia brasileira).

Exemplo ilustrativo é a, já mencionada, diferenciação entre “psicologia social comunitária” e “psicologia comunitária”. A psicologia comunitária surgiu como produto da preocupação em mudar o espaço de atuação da psicologia com a finalidade de atender a população mais pobre. Mas, em um período posterior, após a institucionalização de práticas da psicologia comunitária, diversos teóricos começaram a apontar a necessidade de se falar de uma “psicologia social comunitária”, que é diferente da “psicologia comunitária”. A primeira busca não apenas uma atuação da psicologia com uma população pobre, mas também uma transformação na formação acadêmica e profissional, assim como nos fundamentos teóricos que guiam as práticas da psicologia.

Freitas (2007), por exemplo, entende que a psicologia social comunitária contemporânea deve lidar com cinco desafios específicos, caso queira contribuir em processos de libertação: (a) recuperação de redes de convivência humanizada; (b) resgate de projetos coletivos que extrapolam dimensões individuais e imediatas (c) criação de projetos de vida comunitários na vida cotidiana; (d) desenvolvimento de projetos que promovam a educação na perspectiva de diferentes políticas públicas; (e) a superação da parcialização da realidade local e a apresentação de perspectivas de transformação social global. Ao apontar esses desafios, Freitas (2007) está tentando manter vivo o caráter crítico que impulsionou o desenvolvimento das práticas comunitárias em psicologia no Brasil entre os anos 1970 e 1980.

O problema da institucionalização também pode ser analisado em outros dois exemplos. Em primeiro lugar, pode-se notar como a institucionalização mudou o caráter político da oposição que entrou nas entidades representativas da psicologia brasileira. Tal como já se afirmou, a partir de Hur (2009; 2012), a entrada de setores de oposição nas associações de psicologia contribuiu para uma politização dos debates no interior da psicologia e para uma aproximação dessa com as questões e lutas da classe trabalhadora. No entanto, ainda segundo o autor, desde os anos 1990, os grupos de “esquerda” foram marcados por rachas, conflitos personalistas e divisões. Houve, também, um crescimento de preocupações corporativistas; expresso pela realização de grandes congressos e campanhas midiáticas, assim como pelo lema adotado do grupo que atualmente dirige boa parte dos conselhos regionais e federal de psicologia no Brasil: “cuidar da profissão”. Os grupos de oposição, ao se institucionalizarem, mudaram seu caráter: “em vez de ocupar a instituição ser um meio para realizar a plataforma política, ocupar e ganhar a instituição se tornou o fim, independente das semelhanças ou diferenças em relação ao projeto político” (Hur, 2012, p. 84).

A institucionalização também marcou a ABRAPSO. Inicialmente, a associação servia como um oásis para aquelas e aqueles que tentavam sobreviver no deserto de conservadorismo da psicologia brasileira. Abrir espaço para o debate crítico sobre velhas e

novas ideias e práticas para a psicologia brasileira, apresentar posicionamentos públicos engajados contra desigualdades e injustiças sociais e contribuir com processos de emancipação foram elementos importantes na história da ABRAPSO (Lane & Bock, 2003; Molon, 2002).

Essas virtudes da ABRAPSO não desapareceram, mas o seu crescimento e sua institucionalização nos círculos acadêmicos brasileiros resultaram em algo ambíguo: os últimos encontros nacionais da ABRAPSO não só foram espaço para discussão de trabalhos que podem ser abarcados pelo que se chama de “psicologia crítica”, mas também foram verdadeiros *shoppings* de mercadorias acadêmicas, recebendo qualquer tipo de discussão sobre qualquer coisa que se estuda e pratica na psicologia brasileira.

Neste sentido, caberia perguntar: estaria o crescimento da ABRAPSO resultando em um processo de captura dos ideais que, no passado, impulsionaram sua criação? Como superar o abrandamento ideológico e político que parece resultar de todo processo de institucionalização na psicologia brasileira?

No plano da teoria crítica, os debates sobre a subjetividade e as novas correntes teóricas que passaram a influenciar a psicologia crítica brasileira podem ser problematizadas. Há potencialidades e perigos na adoção da categoria subjetividade e de algumas novas correntes filosóficas. De fato, a psicologia dominante oscilou entre o objetivismo mecanicista e abstrato ou o culto da subjetividade desenfreada e abstrata. A primeira postura é reflexo da retórica da cientificidade e da objetividade. A segunda emprega categorias mais refinadas e surge combatendo a objetividade para defender a “complexidade” da vida humana ou da subjetividade.

As propostas de psicologia crítica e de concepções teóricas que, atualmente, vem utilizando a categoria subjetividade tentam superar as mencionadas limitações. Dessas tentativas, brotaram respostas importantes. Pensaram de forma não reducionista a dialética indivíduo-sociedade, problematizaram o papel da ciência e de práticas despóticas na pesquisa e ofereceram análises sobre novos fenômenos e transformações da sociedade contemporânea. Porém, ao lado dessas respostas, há outras marcadas por ceticismo, pela rejeição de categorias totalizantes ou de “grandes narrativas” e, algumas vezes, pelo esquecimento dos clássicos. No pior dos casos, a reafirmação da subjetividade parece ser apenas uma tentativa de reafirmar o óbvio de forma redundante, como no caso a seguir: “a Dimensão Subjetiva da Realidade é correlata à Configuração Subjetiva do Sujeito e denota como a subjetividade se configura socialmente” (Furtado, 2001, p. 92).

Estudar a subjetividade, com certeza, é uma das possíveis contribuições da psicologia crítica, mas como fazer isso a partir de marcos completamente distintos da psicologia dominante e sem reproduzir novos irracionalismos ou individualismos? De certa forma, a ambiguidade identificada por Bernardes (2007) é o foco de preocupação da presente problematização sobre as diversas teorias que marcam presença na psicologia crítica brasileira atual: seriam os estudos contemporâneos sobre a subjetividade uma possibilidade de renovação das ciências sociais e superação de perspectivas reducionistas, ahistóricas e individualistas ou seria manifestação científica de um tipo de ideologia que busca definir a subjetividade – em suas manifestações mais individualizadas e privatizadas – como a única

fonte de inteligibilidade? Apontar essa ambiguidade não significa dizer que as diversas teorizações contemporâneas sobre a subjetividade resultam em glorificação do sistema imperante. Pelo contrário, muitas vezes, são formulações teóricas que criticam a ordem social atual e toda a ciência anterior.

As respostas para algumas das perguntas apresentadas nos últimos parágrafos não estão prontas e devem ser construídas. Um balanço mais profundo sobre o campo crítico da psicologia no Brasil ainda precisa ser feito. Mas, com a finalidade de encerrar o presente texto, defende-se uma hipótese sobre que caminho a psicologia crítica brasileira pode seguir. Uma das vias de superação dos problemas e contradições anteriormente apontados é o engajamento de psicólogas e psicólogos com uma das fontes fundamentais do pensamento crítico brasileiro: a atividade de transformar o mundo empreendida por movimentos de rebelião e insurgência contra as desigualdades e injustiças sociais.

Em outras palavras, defende-se que o engajamento em ações que buscam criar novas concepções e ameaçar a ordem social imperante é um dos meios fundamentais para se evitar que a psicologia crítica se torne apenas uma mercadoria que alimenta o mercado acadêmico ou uma viga de sustentação de práticas conservadoras. Sem esta implicação com os anseios da classe trabalhadora e de diversos movimentos sociais contestatórios do presente, a transformação da psicologia crítica em apenas um parente requintado da psicologia dominante é algo que pode facilmente ocorrer.

## **Referências**

- Aguiar, W. M. J. (2001). Consciência e atividade: Categorias fundamentais da psicologia sócio-histórica. Em A. M. B. Bock, M. G. M. Gonçalves e O. Furtado (Orgs.), *Psicologia sócio-histórica: Uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez.
- Aguiar, W. M. J.; Liebesny, B.; Marchesan, E. C. & Sanchez, S. G. (2009). Reflexões sobre sentido e significado. Em A. M. B. Bock e M. G. M. Gonçalves (Orgs.), *A dimensão subjetiva da realidade: Uma leitura sócio-histórica* (pp. 54-72). São Paulo: Cortez.
- Amarante, P. (2007). *Saúde mental e atenção psicossocial*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Andery, A. A. (1984/2001). Psicologia na comunidade. Em S. T. M. Lane e W. Codo (Orgs.), *Psicologia social: O homem em movimento* (pp. 203-220). São Paulo: Brasiliense.
- Antunes, M. A. M. (1999). Processo de autonomização da psicologia no Brasil. *Psicologia & Sociedade*, 11(1), 16-26.
- Antunes, M. A. M. (2005). Materialismo histórico-dialético: Fundamentos para a pesquisa em história da psicologia. Em A. A. Abrantes, N. R. Silva e S. T. F. Martins (Orgs.), *Método histórico-social na psicologia social* (pp. 105-117). Petrópolis: Vozes.
- Antunes, R. (2000). *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho* (3 ed.). São Paulo: Boitempo.

- Antunes, R. (2011). *O continente do labor*. São Paulo: Boitempo.
- Arendt, R. J. J. (2008). Maneiras de pesquisar no cotidiano: Contribuição da teoria do atorede. *Psicologia & Sociedade*, 20, 7-11.
- Averasturi, L. G. (1986). La psicología de la salud en Cuba: Situación actual y perspectivas. *Cadernos PUC*, 11, 20-28.
- Baremlitt, G. (1992). *Compêndio de análise institucional e outras correntes teoria e prática*. Belo Horizonte: Editora Instituto Félix Guattari.
- Bastos, A. V. B. & Gomide, A. I. C. (1989). O psicólogo brasileiro: Sua atuação e formação profissional. *Psicologia: Ciência & Profissão*, 9(2), 6-15.
- Bastos, A. V. B.; Gomide, A. I. C. & Borges-Andrade, J. E. (2010). O psicólogo brasileiro: Sua atuação e formação profissional. O que mudou nestas últimas décadas? Em O. H. Yamamoto e A. L. F. Costa (Orgs.), *Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil* (257-271). Natal: EDUFRN.
- Bernardes, J. d. S. (1998). História. In M. d. G. C. Jacques, M. N. Strey, M. G. Bernardes, P. A. Guareschi, S. A. Carlos & T. M. G. Fonseca (Eds.), *Psicologia social contemporânea* (3 ed., pp. 19-35). Petrópolis: Vozes.
- Bernardes, L. H. G. (2007). *Subjetividade: Um objeto para uma psicologia comprometida com o social*. São Paulo: Casa do Psicólogo / Conselho Federal de Psicologia.
- Bleger, J. (1984). *Psico-higiene e psicologia institucional* (Trad. E. O. de Diehl). Porto Alegre: Artmed.
- Bock, A. M. B. (1999). *Aventuras do Barão de Münchhausen na Psicologia* (1a, Trans.). São Paulo: EDUC / Cortez.
- Bock, A. M. B. (2003). Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. Em A. M. B. Bock (Org.), *Psicologia e compromisso social* (pp. 15-28). São Paulo: Cortez.
- Bock, A. M. B. & Furtado, O. (2006). História das relações entre o marxismo e a psicologia no Brasil. Em A. M. Jacó-Vilela, A. A. L. Ferreira e F. T. Portugal (Orgs.), *História da psicologia: Rumos e percursos* (pp. 503-513). Rio de Janeiro: Nau Editora.
- Bock, A. M. B. & Gonçalves, M. da G. M. (2009). A dimensão subjetiva dos fenômenos sociais. Em A. M. B. Bock e M. da G. M. Gonçalves (Orgs.), *A dimensão subjetiva da realidade: Uma leitura sócio-histórica* (pp 116-157). São Paulo: Cortez.
- Boito Jr., A. (2005). A burguesia no governo Lula. *Crítica Marxista*, 21, 52-77.
- Bomfim, E. de M. (1987). Aspectos da psicologia comunitária e da ecologia humana em Cuba: Anotações de viagem. *Psicologia & Sociedade*, 3(3), 132-136.
- Bomfim, E. M. (2003). Contribuições para a história da psicologia social no Brasil. Em A. M. Jacó-Vilela e D. Mancebo (Orgs.), *Psicologia social: Relatos na América Latina* (pp. 123-144). São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Bomfim, E. d. M., Freitas, M. d. F. Q., & Campos, R. H. d. F. (1992). Fazeres em psicologia social. Em CFP (Orgs.), *Psicólogo brasileiro: Construção de novos espaços* (pp. 125-160). Campinas: Átomo.
- Borges, V. V.; Batista, H. de O. & Vecchia, M. D. (2011). Os grupos na produção de conhecimento na psicologia: Uma revisão da literatura. *Psicologia & Sociedade*, 23(2), 379-390.
- Botomé, S. P. (1979/2010). A quem nós, psicólogos, servimos de fato? Em O. H. Yamamoto e A. L. F. Costa (Orgs.), *Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil* (pp. 169-202). Natal: EDUFRN.
- Brandão, I. R. (1999). As bases epistemológicas da psicologia comunitária. Em I. R. Brandão e Z. A. C. Bomfim (Orgs.), *Os jardins da psicologia comunitária: Escritos sobre a trajetória de um modelo teórico-vivencial* (pp. 31-48). Fortaleza: Pró-Reitoria de Extensão da UFC/ ABRAPSO-Ceará.
- Calviño, M. A. (1987). A psicologia em Cuba. *Psicologia & Sociedade*, 3(3), 62-65.
- Camino, L. (1996). Uma abordagem “psicossociológica” no estudo do comportamento político. *Psicologia & Sociedade*, 8(1), 16-42.
- Camino, L. (2005). A construção de uma perspectiva psicossociológica no estudo do comportamento político. Em A. R. R. Torres, M. E. O. Lima e J. B. da Silva (Orgs.), *A psicologia política na perspectiva psicossociológica* (PP. 9-42). Goiânia: Ed. da UCG.
- Camino, L.; Silva, P.; Machado, A. & Pereira, C. (2001). A face oculta do racismo no Brasil: Uma análise psicossociológica. *Revista Psicologia Política*, 1(1), 13-36.
- Camino, L.; Mendoza, R. & Ismael, E. (2009). A psicologia social e seu papel nos processos de libertação social. Em R. S. L. Guzzo e F. Lacerda Jr. (Orgs.), *Psicologia social para América Latina: O resgate da psicologia da libertação*. Campinas: Alínea.
- Campos, R. H. F. (1983/2010). A função social do psicólogo. Em O. H. Yamamoto e A. L. F. Costa (Orgs.), *Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil* (pp. 205-214). Natal: EDUFRN.
- Caniato, A. (1988). Implicações do enfoque social na prática do psicólogo em saúde mental. *Psicologia & Sociedade*, 3(4), 178-188.
- Caniato, A. (2008). Violências e subjetividades: O indivíduo contemporâneo. *Psicologia & Sociedade*, 20(1), 16-32.
- Carone, I. (2009). *Psicologia social do racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- Carvalho, H. K. (1988). Uma experiência de ensino da psicologia social marxista na UFPA. *Psicologia & Sociedade*, 3(4), 132-135.
- Carvalho, H. K. (1989). Marxismo e psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 4(6), 64-75.

- Carvalho, J. E. C. de & Dunker, C. I. L. (2006). Critical Psychological Approaches in Brazil: When, where, why. *Annual Review of Critical Psychology*, 5. Disponível em: [www.discourseunit.com/arcp/5](http://www.discourseunit.com/arcp/5)
- Chasin, J. (1977). A “politicização” da totalidade: Oposição e discurso econômico. *Temas de Ciências Humanas*, 2, 145-178.
- Ciampa, A. da C. (1987). *A estória do Severino e a história da Severina*. São Paulo: Brasiliense.
- Codo, W. (2004). *O que é alienação?* (10 ed.). São Paulo: Brasiliense.
- Coggiola, O. (2005). A agonia da tradição crítica brasileira e latino-americana. *Crítica Marxista*, 20, 90-110.
- Coimbra, C. (1995). *Guardiães da ordem: Uma viagem pelas práticas psi no Brasil do "Milagre"*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor
- Coimbra, C. (2001). Psicologia, direitos humanos e neoliberalismo. *Revista Psicologia Política*, 1(1), 139-148.
- Costa-Rosa, A. (2000). O modo psicossocial: Um paradigma das práticas substitutivas ao modo asilar. Em P. Amarante (Org.), *Ensaio: Subjetividade, saúde mental, sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Coutinho, C. N. (1979). A democracia como valor universal. *Encontros com a Civilização Brasileira*, 9, 33-48.
- Crochík, J. L. (1996). Notas sobre a psicologia social de T. W. Adorno. *Psicologia & Sociedade*, 8(1), 43-62.
- Crochík, J. L. (2006). *Preconceito, indivíduo e cultura* (3ª ed.). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Crochík, J. L. (2008). T. W. Adorno e a psicologia social *Psicologia & Sociedade*, 20(2), 297-305.
- Dantas, C. M. B. (2007). *Psicologia e pobreza no Brasil: Limites e perspectivas da produção de conhecimento e atuação do psicólogo*. Dissertação de Mestrado não-publicada. Natal, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Danziger, K. (1998). *Constructing the subject: Historical origins of psychological research*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Dimenstein, M. (2001). O psicólogo e o compromisso social no contexto da saúde coletiva. *Psicologia em Estudo*, 6(2), 57-63.
- Dutra, E. (2004). Considerações sobre as significações da psicologia clínica na contemporaneidade. *Estudos de Psicologia*, 9(2), 381-287.
- Facci, M. G. D. (2009). Teorias educacionais e teorias psicológicas: Em busca de uma psicologia marxista da educação. Em N. Duarte (Org.), *Crítica ao fetichismo da individualidade* (pp. 99-120). Campinas: Autores Associados.



- Facci, M. G. D.; Barroco, S. M. S. & Leonardo, N. S. T. (2009). A historicidade na constituição do sujeito: Considerações do marxismo e da psicologia histórico-cultural. Em E. A. Tomanik, A. M. P. Caniato e M. G. D. Facci (Orgs.), *A constituição do sujeito e a historicidade* (pp. 107-131). Campinas: Alínea.
- Faleiros, V. de P. (2004). *O que é política social?* (5ª ed.). São Paulo: Brasiliense.
- Fernandes, F. (1981). *A revolução burguesa no Brasil* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Ferreira, A. A. L. (2006). O múltiplo surgimento da psicologia. Em A. M. Jacó-Vilela, A. A. L. Ferreira e F. T. Portugal (Orgs.), *História da psicologia: Rumos e percursos* (pp. 13-46). Rio de Janeiro: Nau.
- Ferreira Neto, J. L. (2006). Psicologia e política: Uma interpretação foucaultiana. *Revista Psicologia Política*, 6(11), 65-82.
- Figueiredo, L. C. M. (2007). *A invenção do psicológico: Quatro séculos de subjetivação (1500-1900)* (7ª ed.). São Paulo: Escuta.
- Filgueiras, L. (2006). Neoliberalismo no Brasil: Estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. Em E. M. Basualdo e E. Arceo (Orgs.), *Neoliberalismo y sectores dominantes: Tendencias globales y experiencias nacionales* (pp. 179-206). Buenos Aires: CLACSO.
- Freire, P. (1968/2005). *Pedagogia do oprimido* (47ª ed.). São Paulo: Paz e Terra.
- Freire, P. (1979). *Conscientização: Teoria e prática da libertação*. São Paulo: Cortez e Moraes.
- Freitas, M. de F. Q. de. (1996a). Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária: Práticas da psicologia em comunidade nas décadas de 60 a 90. Em R. H. de F. Campos (Org.), *Psicologia social comunitária: Da solidariedade à autonomia* (pp. 54-80). Petrópolis: Vozes.
- Freitas, M. de F. Q. de (1996b). Contribuições da psicologia social e psicologia política ao desenvolvimento da psicologia social comunitária: Os paradigmas de Silvia Lane, Ignacio Martín-Baró e Maritza Montero. *Psicologia & Sociedade*, 8(1), 63-82.
- Freitas, M. de F. Q. de (2007). Intervenção psicossocial e compromisso: Desafios às políticas públicas. Em A. M. Jacó-Vilela e L. Sato (Orgs.), *Diálogos em psicologia social* (pp. 329-341). Porto Alegre: Editora Evangraf.
- Furtado, O. (2001). O psiquismo e a subjetividade social. Em A. M. B. Bock, M. G. M. Gonçalves e O. Furtado (Orgs.), *Psicologia sócio-histórica: Uma perspectiva crítica em psicologia* (pp. 75-93). São Paulo: Cortez.
- Furtado, O. & Svartman, B. (2009). Trabalho e alienação. Em A. M. B. Bock e M. G. M. Gonçalves (Orgs.), *A dimensão subjetiva da realidade: Uma leitura sócio-histórica* (pp. 73-115). São Paulo: Cortez.

- Gil, A. C. (1985). O psicólogo e sua ideologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 5(1), 12-17.
- Góis, C. W. de L. (2003a). Psicologia comunitária. *Universitas: Ciências da Saúde*, 1(2), 277-297.
- Góis, C. W. L. (2003b). *Psicologia comunitária no Ceará*. Fortaleza: Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais.
- Gonçalves, M. G. M. (2003). A contribuição da psicologia sócio-histórica para a elaboração de políticas públicas. Em A. M. B. Bock (Org.), *Psicologia e o compromisso social*. São Paulo: Cortez.
- González, Rey, F. (1986). La categoría personalidad en la obra de los psicólogos marxistas. Em M. C. Guedes (Org.), *História da psicologia* (pp. 51-86). São Paulo: Educ.
- González Rey, F. (2003). *Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico – cultural*. (Trad. R. S. L. Guzzo). São Paulo: Thomsom.
- González Rey, F. (2005). *Pesquisa qualitativa e subjetividade*. (Trad. M. A. F. Silva) São Paulo: Thomsom.
- Goulart, M. S. B. (2007). *As raízes italianas do movimento antimanicomial*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Granúzio, P. M. & Ceribelli, R. F. (2011). Do individual e do coletivo: Sobre aproximações entre o pensamento de Freud e Marx. *Trans/Form/Ação*, 34(2), 71-84.
- Groff, A.; Maheirie, K. & Prim, L. (2009). A experiência de coletivização em um assentamento de reforma agrária do MST. *Revista Psicologia Política*, 9(17), 113-128.
- Guanaes, C. & Japur, M. (2003). Construcionismo social e metapsicologia: Um diálogo sobre o conceito de self. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 19(2), 135-143.
- Guareschi, N. M. de F. & Hüning, M. (Orgs.). (2009). *Foucault e a psicologia*. Porto Alegre: Ed. PUCRS.
- Guareschi, P. A. (1991). *Comunicação e controle social*. Petrópolis: Vozes.
- Guareschi, P. A. (1996). Relações comunitárias, relações de dominação. Em R. H. de F. Campos (Org.), *Psicologia social comunitária: Da solidariedade à autonomia* (pp. 81-99). Petrópolis: Vozes.
- Guareschi, P. A. (2000). *Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética*. Petrópolis: Vozes.
- Guareschi, P. (2005). *Psicologia social crítica como prática de libertação*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Guareschi, P. A. (2007). O que é mesmo psicologia social: Uma perspectiva crítica de sua história e seu estado hoje. Em A. M. Jacó-Vilela e L. Sato (Orgs.), *Diálogos em psicologia social* (pp. 37-52). Porto Alegre: Abrapsosul.

- Guareschi, P. A. (2009). Pressupostos epistemológicos implícitos no conceito de libertação. Em R. S. L. Guzzo e F. Lacerda Jr. (Orgs.), *Psicologia social para América Latina: O resgate da psicologia da libertação*. Campinas: Alínea.
- Guattari, F. & Rolnik, S. (1996). *Micropolítica: Cartografias do desejo* (4ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Guedes, M. do C. (2007). A viagem histórica pela América Latina. *Psicologia & Sociedade*, 19 (Ed. Esp. 2), 39-45.
- Guzzo, R. S. L. (2007). Psicologia e educação: Que compromisso? Que relação? Em A. V. B. Bastos (Org.), *Psicologia: Novas direções no diálogo com outros campos de saber* (357-378). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Guzzo, R. S. L., Mezzalana, A. S. C., Moreira, A. P. G., Tizzei, R. P. & W. M. de F. Silva Neto (2010). Psicologia e educação no Brasil: Uma visão da história e possibilidades nessa relação. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26 (Vol. Esp.), 131-141.
- Henriques, L. S. N. (1978). Notas sobre a relação entre ciência e ontologia. *Temas de Ciências Humanas*, 4, 27-40.
- Hepburn, A. (2003). *An introduction to critical social psychology*. London: Sage.
- Hur, D. U. (2009). O surgimento da esquerda nas entidades profissionais dos psicólogos de São Paulo, CRP-06 e SPESP, no período da abertura política brasileira. *Mnemosine*, 5(1), 126-145.
- Hur, D. U. (2012). Políticas da psicologia: Histórias e práticas das associações profissionais (CRP e SPESP) de São Paulo, entre a ditadura e a redemocratização do país. *Psicologia USP*, 23(1), 69-90.
- Jacó-Vilela, M.; Ferreira, A. A. L. & Portugal, F. T. (Orgs.). (2006). *História da psicologia: Rumos e percursos*. Rio de Janeiro: Nau Editora.
- Jacó-Vilela, A. M. (2007). O estatuto da psicologia social – Contribuições da história da psicologia social. Em C. Mayorga e M. A. M. Prado (Orgs.), *Psicologia social: Articulando saberes e fazeres* (pp. 37-54). Belo Horizonte: Autêntica.
- Jacques, M. da G. C. (1998). Identidade. Em M. G. C. Jacques e cols. (Orgs.), *Psicologia social contemporânea* (pp. 159-167). Petrópolis: Vozes.
- Kawahala, E. & Soler, R. D. V. (2010). Por uma psicologia social antirracista: Contribuições de Frantz Fanon. *Psicologia & Sociedade*, 22(2), 408-410.
- Lacerda Jr., F. (2007). ¿Liberarse de qué? ¿Liberarse para qué? Notas sobre marxismo, anticapitalismo y psicología de la liberación. Em I. Dobles, S. Baltodano e V. Leandro (Orgs.), *Psicología de la liberación en el contexto de la globalización neoliberal: Acciones, reflexiones y desafíos* (pp. 201-208). San José: Editorial UCR.

- Lacerda Jr., F. (2010). Notas sobre o desenvolvimento da psicologia social comunitária. Em F. Lacerda Jr. e R. S. L. Guzzo (Orgs.), *Psicologia e sociedade: Interfaces no debate sobre a questão social* (pp. 19-41). Campinas: Alínea.
- Lacerda Jr., F., & Guzzo, R. S. L. (2005). Prevenção primária: Análise de um movimento e possibilidades para o Brasil. *Interação* 9(2), 239-249.
- Lacerda Jr., F. & Guzzo, R. S. L. (2006). MST e consciência de classe: Estudo a partir da trajetória de vida de um militante. *Revista Psicologia Política*, 6(12), 289-336.
- Lacerda Jr., F. & Guzzo, R. S. L. (2009). Sobre o sentido e a necessidade do resgate crítica da obra de Martín-Baró. Em R. S. L. Guzzo e F. Lacerda Jr. (Orgs.), *Psicologia social para a América Latina: O resgate da psicologia da libertação* (pp. 15-37). Campinas: Alínea Editora.
- Lane, S. T. M. (1984a/2001). A psicologia social e uma nova concepção do homem para a psicologia. Em S. T. M. Lane e W. Codo (Orgs.), *Psicologia Social - o homem em movimento* (13 ed., pp. 10-19). São Paulo: Brasiliense.
- Lane, S. T. M. (1984b/2001). Consciência/alienação: A ideologia no nível individual. Em S. T. M. Lane e W. Codo (Orgs.), *Psicologia Social - o homem em movimento* (13 ed., pp. 10-19). São Paulo: Brasiliense.
- Lane, S. T. M. (1984c/2001). O processo grupal. Em S. T. M. Lane e W. Codo (Orgs.), *Psicologia social: O homem em movimento* (13 ed., pp. 78-98). São Paulo: Brasiliense.
- Lane, S. T. M. (1986). Psicanálise ou marxismo: Dilema da psicologia social? *Psicologia & Sociedade*, 1(2), 1-5.
- Lane, S. T. M. (1987). *O que é psicologia social?* São Paulo: Brasiliense.
- Lane, S. T. M. (1989). Questões teóricas e metodológicas em psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, 4(6), 21-31.
- Lane, S. T. M. (1995). Avanços da psicologia social na América latina. Em S. T. M. Lane e B. B. Sawaia (Orgs.), *Novas veredas da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense / Educ.
- Lane, S. T. M. (1996). Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil. Em R. H. de F. Campos (Org.), *Psicologia social comunitária: Da solidariedade à autonomia* (pp. 17-34). Petrópolis: Vozes.
- Lane, S. T. M. & Bock, A. M. B. (2003). ABRAPSO: Uma história da psicologia social enquanto práxis. Em A. M. Jacó-Vilela e D. Mancebo (Orgs.), *Psicologia social: Relatos na América Latina* (pp. 123-144). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Lane, S. T. M. & Camargo, D. (1995). Contribuições de Vigotski para o estudo das emoções. Em S. T. M. Lane e B. B. Sawaia (Orgs.), *Novas veredas da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense/EDUC.

- Lemos, F. C. S. & Cardoso Júnior, H. R. (2009). A genealogia em Foucault: Uma trajetória. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 353-357.
- Lima, A. F. (2008). Para uma reconstrução dos conceitos de massa e identidade. *Revista Psicologia Política*, 14(7).
- Lüchmann, L. H. H. & Rodrigues, J. (2007). O movimento antimanicomial no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(2), 399-407.
- Lhullier, L. A. (1997). Autoritarismo, democracia e consciência moral: Uma perspectiva psico-política. Em L. Camino, L. Lhullier e S. Sandoval (Orgs.), *Estudos sobre comportamento político: Teoria e pesquisa* (pp. 25-38).
- Lessa, S. (2007). *Para compreender a ontologia de Lukács*. Ijuí: Editora Unijuí.
- Lopes, J. R. (2002). Os caminhos da identidade nas ciências sociais e suas metamorfoses na psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, 14(1), 7-27.
- Lukács, G. (1968/2007). As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem (Trad. C. N. Coutinho e J. P. Netto). Em C. N. Coutinho e J. P. Netto (Orgs.), *O jovem Marx e outros escritos de filosofia* (pp. 225-245). Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Lukács, G. (1979). *Ontologia do ser social: Os princípios ontológicos fundamentais de Marx* (Trad. C. N. Coutinho). São Paulo: Ciências Humanas.
- Machado, L. D. & Lavrador, M. C. C (2001). Loucura e subjetividade. Em L. D. Machado, M. C. C. Lavrador e M. E. B. de Barros (Orgs.), *Texturas da psicologia: Subjetividade e política no contemporâneo* (pp. 45-58). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Machado, M. N. da M. (1987a). Sexualidade e instituições. *Psicologia & Sociedade*, 2(3), 15-18.
- Machado, M. N. da M. (1987b). Relato de experiência. *Psicologia & Sociedade*, 3(3), 137-141.
- Maia, A. F. (2007). Theodor Adorno e os conceitos de ideologia e tecnologia. Em J. L. Crochík e cols. (Orgs.), *Teoria crítica e formação do indivíduo* (pp. 115-128). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Maia, M. B. (2007). Gênero: Um conceito em movimento. Em C. Mayorga e M. A. M. Prado (Orgs.), *Psicologia social: Articulando saberes e fazeres* (pp. 133-141). Belo Horizonte: Autêntica.
- Mancebo, D. (2003). Contemporaneidade e efeitos de subjetivação. Em A. M. B. Bock (Org.), *Psicologia e o compromisso social* (pp. 75-92). São Paulo: Cortez.
- Marini, R. M. (2000). *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes / Buenos Aires: CLACSO.
- Martinez, A. M. (2010). O que pode fazer o psicólogo na escola? *Em Aberto*, 23(83), 39-56.

- Martins, A. L. B. (2008). Biopsiquiatria e bioidentidade: Política da subjetividade contemporânea. *Psicologia & Sociedade*, 20(3), 331-339.
- Martins, S. T. F. (2003). Processo grupal e a questão do poder em Martín-Baró. *Psicologia & Sociedade*, 15(1), 201-217.
- Martín-Baró, I. (1986/1998). Hacia una psicología de la liberación. In A. Blanco (Ed.), *Psicología de la liberación* (pp. 283-302). Madrid: Trotta.
- Marx, K. (1844/2005). Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução (Trad. R. M. Castell). Em K. Marx, *Crítica da filosofia do direito de Hegel* (pp. 145-156). São Paulo: Boitempo.
- Massimi, M. (2006). Idéias psicológicas na cultura luso-brasileira, do século XVI ao século XVIII. Em A. M. Jacó-Vilela, A. A. L. Ferreira e F. T. Portugal (Orgs.), *História da psicologia: Rumos e percursos* (pp. 75-83). Rio de Janeiro: Nau.
- Méllo, R. P.; Silva, A. A.; Lima, M. L. C.; Di Paolo, A. F. (2007). Construcionismo, práticas discursivas e possibilidades de pesquisa em psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, 19(3).
- Molon, S. I. (2002). A psicologia social abropsiana: Apontamentos históricos. *Interações*, 6(12), 41-68.
- Montero, M. (1996). Paradigmas, corrientes y tendencias de la psicología social finisecular. *Psicologia & Sociedade*, 8(1), 102-119.
- Montero, M. (2004). *Introducción a la psicología comunitária: Desarrollo, conceptos y proceso*. Buenos Aires: Paidós.
- Montero, M. (2009). Ser, fazer e aparecer: Crítica e libertação na América Latina. Em R. S. L. Guzzo e F. Lacerda Jr. (Orgs.), *Psicologia social para a América Latina: Resgate da psicologia da libertação* (pp. 87-100). Campinas: Átomo.
- Moreira, J. de O., Romagnolli, R. C. & Neves, E. de O. (2007). O surgimento da clínica psicológica: Da prática curativa aos dispositivos de promoção de saúde. *Psicologia: Ciência & Profissão*, 27(4), 608-621.
- Narita, S. (2005). Notas sobre movimentos sociais e participação política. *Revista Psicologia Política*, 5(10), 183-210.
- Netto, J. P. (1983). *O que é marxismo?* São Paulo: Brasiliense.
- Netto, J. P. (2002). Georg Lukács: Um exílio na pós-modernidade. Em M. O. Pinassi e S. Lessa (Orgs.), *Lukács e a atualidade do marxismo* (pp. 77-101). São Paulo: Boitempo.
- Netto, J. P. (2010). *Ditadura e serviço social: Uma análise do serviço social no Brasil pós-1964* (15ª ed.). São Paulo: Cortez.

- Nuernberg, A. H. (2005). *Gênero no contexto da produção científica brasileira em psicologia*. Tese de doutorado não-publicada. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Nunes, A. V. de L. & Camino, L. (2011). Atitude político-ideológica e inserção social: Fatores psicossociais do preconceito. *Psicologia & Sociedade*, 23(1), 135-143.
- Orlandi, L. B. L. (2001). Implicações dos processos de subjetivação na contemporaneidade. Em L. D. Machado, M. C. C. Lavrador e M. E. B. de Barros (Orgs.), *Texturas da psicologia: Subjetividade e política no contemporâneo* (pp. 29-44). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Ornellas, C. P. (1997). *O paciente excluído: História e crítica das práticas médicas de confinamento*. Rio de Janeiro: Revan.
- Palombini, A. de L. (2011). Lacan, Deleuze e Guattari: Escritas que se falam. *Psicologia & Sociedade*, 21, 39-42.
- Papadopoulos, D. (2002). Dialectics of subjectivity: North-Atlantic certainties, neo-liberal rationality and liberation promises. *International Journal of Critical Psychology*, 99-122.
- Parker, I. (2007). *Revolution in psychology: Alienation to emancipation*. London: Pluto Press.
- Patto, M. H. S. (1984). *Psicologia e ideologia: uma introdução crítica à psicologia escolar*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- Patto, M. H. S. (1991). *A produção do fracasso escolar*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- Patto, M. H. S. (1993). O conceito de cotidianidade em Agnes Heller e a pesquisa em educação. *Perspectivas (São Paulo)*, 16, 119-141.
- Patto, M. H. S. (2004). Ciência e política na primeira república: Origens da psicologia escolar. *Mnemosine*, 1(0), 203-225.
- Patto, M. H. S. (2007). Teoria crítica e ciências da educação: Algumas reflexões. Em J. L. Crochík e cols. (Orgs.), *Teoria crítica e formação do indivíduo* (pp. 245-258). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Pereira, F. M. & Pereira Neto, A. (2003). O psicólogo no Brasil: Notas sobre seu processo de profissionalização. *Psicologia em Estudo*, 8(2), 19-27.
- Pereira, W. C. C. (1988). Crises e alternativas do movimento popular e sindical. *Psicologia & Sociedade*, 3(4), 17-35.
- Petras, J. (1999). Os intelectuais em retirada. Em O. Coggiola (Org.), *Marxismo hoje* (2ª ed, pp. 16-20). São Paulo: Xamã.
- Prado Filho, K. (2009). Para uma arqueologia da psicologia (ou: Para pensar uma psicologia em outras bases). Em N. M. de F. Guareschi e S. M. Hüning (Orgs.), *Foucault e a psicologia* (pp. 81-102). Porto Alegre: Ed. PUCRS.

- Prado Júnior, C. (1990). *História econômica do Brasil* (38ª ed.). São Paulo: Brasiliense.
- Prado, M. A. M. (2001). Psicologia Política e Ação Coletiva: Notas e Reflexões Acerca da Compreensão do Processo de Formação Identitária do Nós. *Revista Psicologia Política*, 1(1), 149-172.
- Prado, M. A. M. & Machado, F. V. (2008). *Preconceito contra homossexualidades: A hierarquia da invisibilidade*. São Paulo: Cortez.
- Prado, M. A. M. & Costa, F. A. (2009). A raridade da política e a democracia: Os movimentos sociais entre sujeitos e identidades. Em J. Bernardes e B. Medrado (Orgs.), *Psicologia social e políticas de existência: Fronteiras e conflitos* (pp. 71-82). Maceió: ABRAPSO.
- Prehn, D. R. & Hüning, S. M. (2005). O movimento feminista e a psicologia. *Psicologia Argumento*, 23(42), 65-71.
- Resende, A. C. A. (2008). Subjetividade: A contribuição da psicanálise ao debate. Em M. G. Miranda e A. C. A. Resende (Orgs.), *Escritos de psicologia, educação e cultura* (pp. 181-200). Goiânia: EDUCG.
- Resende, A. C. A. (2009). *Para a crítica da subjetividade reificada*. Goiânia: Editora da UFG.
- Resende, A. C. A. & Chaves, J. de C. (Orgs.). (2010). *Psicologia social: Crítica socialmente orientada*. Goiânia: Ed. da PUC-Goiás.
- Richards, G. (2010). *Putting psychology in its place: Critical historical perspective* (3ª ed.). Londres: Routledge.
- Rodrigues, H. de B. C. (2006). Sejamos realistas, tentemos o impossível! Desencaminhando a psicologia através da análise institucional. Em A. M. Jacó-Vilela, A. A. L. Ferreira e F. T. Portugal (Orgs.), *História da psicologia: Rumos e percursos* (pp. 515-563). Rio de Janeiro: Nau Editora.
- Saadallah, M. M. (2007). A psicologia frente às políticas públicas. Em C. Mayorga e M. A. M. Prado (Orgs.), *Psicologia social: Articulando saberes e fazeres* (pp. 159-172). Belo Horizonte: Autêntica.
- Sales, A. L. L. de F. & Dimenstein, M. (2009). Psicólogos no processo de reforma psiquiátrica: Práticas em desconstrução? *Psicologia em Estudo*, 14(2), 277-285.
- Sampaio, L. C. S. (1986). Psicologia social: Um personagem em busca de seu autor. *Psicologia & Sociedade*, 1(2), 27-31.
- Sampaio Júnior, P. de A. (2007). Globalização e reversão neocolonial: O impasse brasileiro. Em G. Hoyos Vásquez (Org.), *Filosofía y teorías políticas entre la crítica y la utopía* (pp. 143-155). Buenos Aires: CLACSO.
- Sandler, P. C. (1986). Psicanálise e materialismo histórico da libertação do homem. *Psicologia & Sociedade*, 1(2), 32-42.



- Sandoval, S. (1989). Considerações sobre aspectos micro-sociais na análise dos movimentos sociais. *Psicologia & Sociedade*, 4(7), 61-72.
- Sandoval, S. A. M. (2001). The Crisis of Brazilian Labor Movement and Workers Political Consciousness. *Revista Psicologia Política*, 1(1), 173-195.
- Sass, O. (2007). Notas sobre a psicologia social e política no Brasil. Em C. Mayorga e M. A. M. Prado (Orgs.), *Psicologia social: Articulando saberes e fazeres* (pp. 14-32). Belo Horizonte: Autêntica.
- Sawaia, B. B. (1999). *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes.
- Sawaia, B. B. (2009). Psicologia e desigualdade social: Uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 364-372.
- Schucman, L. V. (2010). Racismo e antirracismo: A categoria raça em questão. *Revista Psicologia Política*, 10(19), 41-55.
- Schwede, G.; Barbosa, N. H. & Schruher Jr., J. (2008). Psicologia nos direitos humanos: Possibilidades de mediações semióticas. *Psicologia & Sociedade*, 20(2), 306-312.
- Silva, A. S. da (2003). Consciência política, identidade coletiva, família e MST nos estudos psicossociais. *Psicologia Política*, 3(5), 39-55.
- Silva, D. de O. (2011). *Compromisso social de tema a lema da psicologia: Notas sobre os nexos da constituição da “psicologia do compromisso social” no Brasil*. Monografia de conclusão de curso não-publicada. Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
- Silva, M. P. da (2001). O anti-racismo no Brasil: Considerações sobre o estatuto social baseado na consciência racial. *Revista Psicologia Política*, 1(1), 37-65.
- Soares, J. C. (2011). Sobre a possibilidade de construção de uma filosofia concreta em Herbert Marcuse. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 11(1), 12-31.
- Sodré, F. (1946). *A luta pelo “poder do estado” na República: Ensaio de psicologia social*. Rio de Janeiro: Baptista de Souza.
- Sosa, A. C. (1986). Participación del servicio de psicología en el trabajo con la comunidad organizada. *Cadernos PUC*, 11, 13-19.
- Souza, T. R. de P. (2001). Ideologias ou mitos totalitários? Fragmentos de discursos inigualitários. *Revista Psicologia Política*, 1(1), 101-126.
- Souza, T. R. de P. (2005). Grupos *skinheads* e *hip-hoppers*: Reflexões sobre violência coletiva. *Revista Psicologia Política*, 5(9), 67-100.
- Spink, M. J. (Org.). (2000). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas* (2a ed.). São Paulo, SP: Cortez.

- Spink, M. J. & Spink, P. (2006). A psicologia social na atualidade. Em A. M. Jacó-Vilela, A. A. L. Ferreira e F. T. Portugal (Orgs.), *História da psicologia: Rumos e percursos* (pp. 565-585). Rio de Janeiro: Nau Editora.
- Strey, M. N. (1998). Gênero. Em M. da G. C. Jacques e cols. (Orgs.), *Psicologia social contemporânea* (pp. 181-198). Petrópolis: Vozes.
- Toassa, G. (2011).  *Emoções e vivências em Vigotski*. Campinas: Papirus.
- Torres, A. R. R.; Lima, M. E. O. & Costa, J. B. da (Orgs.). (2005). *A psicologia política na perspectiva psicossociológica: O estudo das atividades políticas*. Goiânia: Editora da UCG.
- Tuleski, S. C. (2002). *Vygotski: A construção de uma psicologia marxista*. Maringá: Eduem.
- Vasconcelos, E. (2004). Mundos paralelos, até quando? Os psicólogos e o campo da saúde mental pública no Brasil nas duas últimas décadas. *Mnemosine*, 1(0), 73-90.
- Vasconcelos, E. (2010). *Karl Marx e a subjetividade humana*. São Paulo: Hucitec.
- Viana, N. (2002). Universo psíquico e reprodução do capital. Em A. Quinet, M. A. Peixoto, N. Viana e R. Lima (Orgs.), *Psicanálise, capitalismo e cotidiano* (pp. 09-24). Goiânia: Germinal.
- Vilhena, J. de (2006). A violência da cor: Sobre racismo, alteridade e intolerância. *Revista Psicologia Política*, 6(12).
- Violante, M. L. V. (1988). Esboçando um enquadre psicanalítico-marxista: Uma utopia? *Psicologia & Sociedade*, 3(4), 98-107.
- von Smigay, K. E. (1989). Mulheres: (re)partidas e excluídas. *Psicologia & Sociedade*, 4(7), 11-18.
- Walkerdine, V. (2001). Editorial. *International Journal of Critical Psychology*, 1(1), 9-15.
- Ximenes, V. & Góis, C. W. L. (2010). Psicologia comunitária: Uma praxis libertadora latino-americana. Em F. Lacerda Jr. e R. S. L. Guzzo (Orgs.), *Psicologia e sociedade: Interfaces no debate da questão social* (pp. 45-64). Campinas: Alínea.
- Yamamoto, O. H. (1987). *A crise e as alternativas da psicologia*. São Paulo: Edicon.
- Yamamoto, O. H. (1994). *Marx e o método*. São Paulo: Editora Moraes.
- Yamamoto, O. H. (1996). Neoliberalismo e políticas sociais: O impacto na psicologia brasileira. *Psicologia Revista*, 2(2), 13-26.
- Yamamoto, O. H. (2003). Questão social e políticas públicas: Revendo o compromisso da psicologia. Em A. M. B. Bock (Org.), *Psicologia e compromisso social* (pp. 37-54). São Paulo: Cortez.
- Yamamoto, O. H. (2007). Políticas sociais, “terceiro setor” e “compromisso social”: Perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 30-37.

- Zanolla, S. R. S. (2010). Educação e barbárie: Aspectos culturais da violência na perspectiva da teoria crítica da sociedade. *Sociedade & Cultura*, 13(1), 117-123.
- Zanolla, S. R. S. (2011). Formação e cultura em T. W. Adorno. Em A. C. B. Mascarenhas e S. R. S. Zanolla (Orgs.), *Sociedade, subjetividade e educação: Perspectiva marxista e frankfurtiana* (pp. 111-125). Campinas: Alínea.